

ABRIL

revista de reflexão socialista

no 491 nº 2698

JULHO 78

25\$00

6

- Leitura dum discurso rural alentejano
(Fernando Belo)
- A crise do sistema monetário internacional
(Mário Murteira)
- Dossier sobre Praga 68
- As alterações ao Código Civil
- Piaget e a dialéctica marxista
- Em torno de António Maria Lisboa

POVO, ESQUERDA E DIREITA

EDUARDO PRADO COELHO

ABRIL publica neste número um longo artigo de Fernando Belo que tem por objectivo a leitura analítica de um discurso de um rural-alentejano, o Libertino, recolhido no filme **A Lei da Terra** da Cooperativa Zero. Este texto de Fernando Belo vem incluir-se numa linha de preocupações que desde há muito têm dominado a produção do autor. Numa palavra, talvez injustamente esquemática, trata-se de apreender uma espécie de **infraestrutura ideológica popular** sem resvalar nos dois perigos que habitualmente espreitam este tipo de iniciativas: por um lado, o risco de liquidar por completo todo o discurso popular iluminando apenas o que nele aparece como efeito de manipulação (é o tema da alienação e da vanguarda política desalienadora); por outro lado, o risco de converter o sujeito popular num sujeito-suposto-saber depositário de toda a verdade e desmascarador de todas as nossas alienações de urbanos e intelectuais. Tanto numa como noutra hipótese, o que se perde é a possibilidade de uma abordagem analítica serena que permita a compreensão desses valores e dispositivos fundamentais do **pensamento popular**. É evidente que esta tentativa de **isolar um discurso** e de lhe pressupor **uma pureza intrínseca** tem os seus perigos muito visíveis. Mas é possível que nas circunstâncias presentes (de crise da esquerda e crise do marxismo sobretudo enquanto imaginário capaz de articular uma relação com as massas e com a **práxis**), o trabalho de Fernando Belo tenha **uma enorme força salutar** capaz de desautorizar muitos dogmas e de forçar à **revisão** de inúmeros procedimentos.

Por isso Fernando Belo pôde dizer, em texto anterior publicado em ABRIL, aproximadamente isto: o povo não é nem de esquerda nem de direita. Porque a preo-

cupação que norteia as suas pesquisas (hoje voltadas para uma tentativa de entendimento dos provérbios populares) vai no sentido de perceber em que medida o discurso ideológico dos quadros políticos (ou por outras palavras, porque é isso que nos interessa: o discurso de esquerda) **vem ou não sintonizar** com o discurso popular. E, por conseguinte, em que medida esse discurso de esquerda tende a aparecer como prolongamento e elaboração do discurso popular, ou fundamentalmente como agressão e ruptura com esse discurso.

Tal problemática é tanto mais actual quanto nunca sentimos tão fortemente como hoje a distância que vai entre o mundo dos políticos e das suas crises e o mundo quotidiano que continuamente lhe serve de referência e instância de legitimação. O que cresce neste país é sobretudo **a indiferença em matéria política**, e esse inimaginável adormecimento que conduz à apatia perante qualquer tipo de acontecimentos (autorização do regresso de Tomás, modos de julgamento de pides e bombistas, ou operação em grande escala para a prisão de elementos do PRP com a reconhecida coragem anti-fascista de pessoas como Isabel do Carmo ou Carlos Antunes, e posterior definição desta organização política como «associação de malfeitores»).

Tais sintomas de distância e indiferença abrem forçosamente o espaço para o debate do presidencialismo. E a sucessão das crises governamentais não contribui para o dissipar. Na verdade, e dum ponto de vista estritamente teórico, **o presidencialismo está para a conjuntura actual como o MFA esteve para a conjuntura anterior**. O não entendimento deste ponto pode falsear uma discussão fundamental — em que ABRIL deverá participar nos seus futuros números.

ABRIL

Sumário

- 2 — **Leitura dum discurso rural alentejano**
Fernando Belo
- 13 — **A crise do sistema monetário internacional**
Mário Murteira
- 17 — **Dossier Praga 68**
Cronologia
- 19 — **Todo o poder aos conselhos operários**
Indrich Chalupecky
- 24 — **Conselhos dos trabalhadores ou conselhos dos directores?**
Rudolf Slansky
- 28 — **As alterações ao Código Civil**
José Lamego
- 32 — **Piaget e a dialéctica marxista**
Filipe Arriaga de Castro
- 40 — **Sobre «As Veredas» de João César Monteiro**
Maria João Seixas
- 43 — **Lendo «Memórias doutro rio» de Eugénio de Andrade**
Paula Morão
- 44 — **Algumas notas sobre o texto e a arte**
Leonel Moura
- 45 — **Em torno de António Maria Lisboa**
Maria Estela Guedes

Director — Eduardo Prado Coelho

Propriedade — Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor — Encontro — Distribuidora Editorial, SCARL.

Sede — Apartado 2860 — Lisboa - 2

Execução — ALTAGRÁFICA — Rua José Maria da Costa, 14 — Mafra

Distribuição — Dijornal — Distribuidora de livros e periódicos, Lda.

Tiragem — 10 000 exemplares

Condições de assinatura — Anual: Portugal 300\$00; Estrangeiro 500\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Leitura dum discurso

FERNANDO BELO

NA cena do chamado processo revolucionário português, foi notável a proliferação do discurso político. De longe, foi dominante o que se pode chamar o discurso político superestrutural, fortemente ideologizado nas suas diferentes conotações partidárias. Mas o desenvolvimento dos meios de comunicação social permitiu que se ouvisse, de forma original após cinquenta anos de silêncio forçado, um outro discurso, oral por estrutura, o discurso dum povo vivo e querendo viver. Discurso este que andava muito cerca das condições de vida de quem o proferia. Entre os diversos discursos populares, relativo a estruturas de produção, sociais e regionais bastante diversas, o discurso do proletariado rural alentejano, envolvido na gesta histórica dum Reforma agrária desejada hávia muitos anos, ecoou com um som muito particular, que me parece merecer uma atenção especial a quem quiser analisar alguns aspectos do discurso do processo português. É um dos lugares privilegiados, creio, para a análise das razões dos sucessos e insucessos desse processo: precisamente, o lugar na articulação do discurso dos trabalhadores com o discurso que chamei superestrutural.

O texto que segue foi recolhido por Alberto Seixas Santos, em Casebres, para o filme «A LEI DA TERRA — ALENTEJO 76», no decorrer da primeira metade do ano de 1976. O seu autor, um trabalhador rural integrado na cooperativa daquela aldeia do concelho de Alcácer do Sal, dá pelo nome curioso (e programático!) de Libertino.

DISCURSO DE LIBERTINO

1. «Eu vou dizer, começar por explicar qual a maneira do começo da minha exploração, até ao 25 de Abril. Ora, aos 7 anos, comecei a guardar gado, praticamente quase sempre a guardar porcos. E com 7 anos, eu fui sempre pequeno, ainda hoje sou, praticamente dentro dos pastos do maioral que estavam a ver. Mas infelizmente, para dar uma ajuda aos meus pais, pouco fazia mas tinha que lá andar. Caso este, infelizmente, que até o tempo que devia andar na escola me foi roubado, até nisso fui explorado. Sou analfabeto, infelizmente. Mas sei o que quero e sei

a exploração que tive. Ora, comecei pelo gado, como já disse, e acabei aos treze anos praticamente de guardar gado. Nesse intervalo, algumas vezes trabalhei com uma enxada nas mãos, praticamente não podia com a enxada, mas tive de lá andar. Era um crime, quando eu devia ter saído da escola nessa altura, aos treze ou quatorze anos. Mas a minha situação não era esta e praticamente de todos os meus camaradas. Era esta infelizmente. A partir desse período, comecei a trabalhar, não é, esfolei com os grandes agrários; ponto este, era o senhor feitor com um bordão muito maior do que eu, as mais das vezes, o capataz que andava com um bordão, aproximava-se também (um bordão, não sei se sabem o que é, é um varapau, não é), para estarem encostados, para não estarem assim a dar cabo dos rins, para estarem encostados aos bordões, e para algum que saísse fora do tom, se fosse preciso, ele descarregar. E algumas das vezes antes do nascer do sol, aconteceu-me algumas vezes a mim meia hora antes do sol nascer, e meia hora depois de se ele pôr. Trabalhos duros. Até hoje mete espécie como é que a gente ainda conseguia vir e criar alguns putos, como aguentava. Ora, isto foi no começo, até ao 25 de Abril, o tom foi sempre este.

2. Passado o 25 de Abril, apareceu o 25 de Abril e deu a liberdade para todos os portugueses, com umas grandes conversas, que o povo português que ia ter liberdade, ia deixar de ser explorado, ia-se acabar com tudo isto, e a gente muito satisfeita, porque era isso que a gente precisava, era não sermos explorados e termos liberdade e praticamente esses que a tinham e que não a deviam ter, que diziam tudo e mais alguma coisa, quando a gente se portava mal ainda iam buscar a Guarda para resolver uns certos problemas, sempre contra nós. Quer dizer, fomos indo, fomos indo, liberdade essa que pensámos em trabalharmos no nosso sítio.

3. Infelizmente, até chegou-se a um certo ponto, até mesmo isso depois já ia acabar. Quando foi agora nos finais, já ia a acabar também. O que é que os agrários pensaram? Comprarem uma quantidade de arame que custava milhares de contos (para o trabalhador não tinham), e porem

rural alentejano



em volta das propriedades, para grandes desportos deles, de caça, e dos grandes amigos deles, e dos lacaios deles, que era assim que eles exploravam a gente e tinham sempre vontade para explorar a gente, ainda hoje estão a querer insistir... e com os cãesinhos que tem de se chamar mesmo, é um crime chamar-se a um corpo humano um cão, mas tem que se chamar porque é verdade, levavam-nos para lá para irem bater mato, e eles cá sentados no sossego à espera que os coelhos chegassem e as perdizes, para eles fazerem os desportos deles e divertirem-se, e os outros dentro do mato, enterrados em mato até ao pescoço por vezes, saíam de lá todos arranhados de dentro daqueles silvas. Isto foi o final deles agora no fim. Tinham a guarda deles lá dentro para quando vissem um fulano a lá pôr um pé caírem-lhe em cima, quando aqueles não dessem conta, chamavam a Guarda Republicana para os ajudar, anh? e a gente se quisesse trabalhar, ganharmos para matarmos a fome, tínhamos que ir uns para o estrangeiro (está aqui este rapaz que ainda foi emigrante, anh?), outros tinham que ir para as obras, não sei para onde, outros passavam muito tempo à procura e não achavam as mais das vezes onde é que matar o corpo para ganhar para comer. Era o que nós, a situação nossa cá no campo, cá na nossa área, e até praticamente no país todo, que se estava abrangido por todo o país, é ver as vedadas que toda a gente vedava: dentro daquelas vedadas governavam-se meia dúzia de pessoas, os outros ou tinham que ser abatidos ou não sei o que é que lhe fariam. Até esse ponto, o meu ponto de vista alcança: não sei o que é que seria destas pessoas, a gente não podia pôr um pé dentro duma propriedade, vinham logo procurar o que é que a gente estava a fazer. E a terra tanto é minha como era deles, eu sou português, nasci em Portugal como eles, e sempre a trabalhei, até é mais minha do que deles; esta é mais clara que a água, esta é mais clara que a água.

4. E a partir daí, nós vimos estas necessidades todas, falta de trabalho, e com uma pontinha de liberdade, que a liberdade diz que era para todos, e com os nossos direitos que a gente sabia que tinha que ser assim, a gente tínhamos direito à vida como os outros, trabalho não havia, não deixavam a gente entrar lá dentro, a gente o que é que pensámos? Organizámo-nos. «Camaradas, aqui não há mais nada a fazer. Nós vamos avançar para a terra, nós somos trabalhadores da terra, nós queremos trabalhar, nós queremos produzir, e vamos avançar para a terra.» E avançámos para a terra. Vamos trabalhar a terra, vamos a trabalhar a terra, com muito gosto e com muita vontade, não só para nós, para todo o país, que é essa a nossa vontade é essa. Trabalhamos para todo o país, honradamente, honesticamente (sic), justo, que esta também tem

de seguir, não pode haver outra, que é trabalharmos a terra e sermos trabalhadores, e seguirmos apoiados pelo nosso governo.

5. O nosso ministro da Agricultura tem que se tirar um dia dos cuidados dele, peça-lhe mesmo por favor, para vir ver os trabalhadores, para vir ao campo ver o que é que cá se está a passar, para dar razão à gente que é a gente que a tem, não são esses grandes agrários que lá aparecem ao pé dele, esses grandes rendeiros, consideram-se trabalhadores, são exploradores! Querem atrasar a nossa revolução, querem que o nosso país arrecui para trás; em lugar de aumentarmos o país, recuamos o país, pois são eles que o estão a afundar, a arranjar ruínas no meio da gente, a tirar a vontade à gente; e depois somos nós que não queremos trabalhar! É esta a vontade dos rendeiros! Digo e não tenho medo de o dizer, porque estou a dizer uma verdade. Os rendeiros consideram-se trabalhadores, se for a um café na região aonde é que eles estão, pois vão lá ver que no fim do almoço eles estão lá todos a tomar uma bica, em reunião uns com os outros e a estudar a maneira como que hão de explorar o desgraçado para diante da mesma maneira. Não pode ser! Os senhores rendeiros pensam em fazer a vida deles, trabalhem na terra se são trabalhadores e deixem-se de virem implicar com os trabalhadores. Não quererem levar os trabalhadores ao desemprego, serem só eles a quererem comer e serem só eles a quererem ter o gosto todo do nosso país. Não pode ser! Tudo ruim para os outros e tudo melhor para eles. Se se consideram trabalhadores, pois trabalhem, têm toda a honra de trabalhar, têm todo o direito de trabalhar, porque é assim que o nosso país vai para a frente. Não arranjem calúnias para derubar o trabalhador, para que o trabalhador rural seja esmagado debaixo dos pés deles, não pode ser, não pode continuar para diante. Para um caso destes, antes quero a morte, mas se me matarem por isto, matam-me injustamente, esta é mais clara que a água também. Porque a minha arma está aqui, é os meus calos que estão aqui, é a arma do trabalhador que estão aqui. Eles andam com pistolas na algibeira, que eu sei que eles andam com pistolas nas algibeiras. Tirem as pistolas das algibeiras, encostem as pistolas em casa, peguem numa enxada e vão fazer calos nas mãos, que assim é que eles são honestos, assim é que eles podem falar, assim é que eles têm razão, não é como eles andam a fazer. Porque são rendeiros, são isto e são aquilo, o trabalhador faz e o trabalhador faz aquilo, o trabalhador afunda o país... não! o trabalhador leva o país para a frente. O trabalhador quer trabalhar, para ele e para aqueles que não podem trabalhar a terra. Que também precisamos deles. Eu tenho aqui umas botas, foi um sapateiro que mas fez. Tenho aqui



Imagens do filme «A Lei da Terra», de Seixas Santos

um chapéu, comprei-o numa chapelaria, foi a fábrica da chapelaria que o fez. Tenho este casaco, foi a fábrica dos casacos que me fez este casaco. Eu estou doente, vou ao médico, pois é o médico que me tem de curar. Vou a uma farmácia, tem que lá estar o farmacêutico. Quero ir a Lisboa, tem que ter um autocarro para ir a Lisboa. Toda essa gente faz falta. O que não faz falta é aquele que levanta calúnia nos cafés, com amigos deles, a quererem combater quem trabalha. Esses é que não fazem falta.

E até agora, era o que eu tinha a dizer era isto, não digo mais nada, que eu estou a falar, tudo quanto eu estou a falar é a verdade. E o nosso ministro que venha ver ao campo o que é que cá está a se passar, que assim é que a gente leva a nossa revolução para a frente. Pronto».

No mesmo filme, um trabalhador já velho que descasca batatas, argumenta assim sobre a questão de propriedade da terra: «da terra é que a gente come, da terra é que a gente vive... (pausa)... e ela depois também come a gente».

O texto tem uma estrutura geral de narrativa, com cinco sequências que os

números marcam, mas esta narrativa está envolvida na polémica com os «rendeiros» que, sob o signo da C.A.P., tentavam pôr em questão a apropriação colectiva da terra pelos trabalhadores rurais e termina com um apelo ao Ministro da Agricultura para «vir ao campo ver o que é que cá se está a passar».

A primeira sequência refere ao tempo anterior ao 25 de Abril, a segunda ao próprio ocorrer do 25 de Abril e ao seu discurso genérico aos trabalhadores, a terceira à reacção de defesa da terra por parte dos agrários que a cercam de arame farpado, a quarta à ocupação e a última às tentativas dos rendeiros para reaver a terra. Sem preocupação de exaustividade, trata-se aqui de pôr em relevo o funcionamento do discurso nalguns pontos nevrálgicos.

O discurso ordena-se completamente em torno do termo **trabalho** e seu derivados; trabalhar, trabalhador: 38 ocorrências, além de 25 referências a situações de trabalho (desde «guardar gado» até à lista final de outras artes, do sapateiro ao motorista do autocarro). Haverá fundamentalmente aqui que caracterizar estas referências ao trabalho, por um lado, e

EXPLORAÇÃO E LIBERDADE

a relação marcada entre trabalho e o discurso, quer de trabalhadores quer de não trabalhadores, por outro.

A terminologia referente ao trabalho reparte-se diferentemente segundo as sequências: na primeira e terceira, ele é caracterizado como **exploração**, na segunda e na quarta como **liberdade e honra**. Na quinta, que põe a alternativa da continuação do processo ou do recuo para a situação anterior ao 25 de Abril, as duas caracterizações se manifestam.

O «começo da minha exploração» foi aos 7 anos; não se trata ainda de «trabalhar» pois que «pouco fazia», «praticamente não podia com a enxada», mas de uma necessidade «para dar uma ajuda aos meus pais», «tinha que lá andar» (duas vezes). Por quatro vezes, o advérbio «infelizmente» sublinha a impossibilidade de transformar ou de alterar esta situação de exploração. Só aos quatorze anos é que se pode falar de «trabalho»: «a partir desse período, comecei a trabalhar, não é?», «trabalhos duros», de sol a sol, de tal maneira, que no «hoje» do discurso, da reforma agrária em curso, «até mete espécie como é que a gente ainda conseguia vir e criar alguns putos, como aguentava». E foi sempre assim: «até ao 25 de Abril, o tom foi sempre este». Na sequência três, «trabalhar» é explicitado como «ganharmos para matar a fome», «**matar o corpo** para ganhar para comer».

Se o trabalho é tão duro, é porque ele é exploração e esta é efeito dos «grandes agrários», por intermédio do «senhor feitor» e do «capataz», caracterizados pelo **bordão** com duas funções: permitir aos que não trabalham «não estarem assim a dar cabo dos rins» (ó ironia! e os rins dos que trabalhavam sol a sol?) e «descarregar» «para algum que saísse fora do tom» (metáfora musical para designar o monócórdico da exploração: «o tom foi sempre este»). A sequência três caracteriza os agrários e a exploração: «para grandes desportos deles, de caça, e dos grandes amigos deles, e dos lacaios deles (...) cá sentados no sossego à espera que os coelhos chegassem, e as perdizes, para eles fazerem os desportos deles e divertirem-se», «que era assim que eles exploravam a gente»; «os outros dentro do mato, enterrados no mato até ao pescoço por vezes, saíam de lá todos arranhados de dentro daquelas silvas». Estes homens que eram utilizados para bater a caça, como lhes chamar? «cãezinhos, que tem de se chamar, mesmo se é um crime chamar a um corpo humano um cão, mas tem que se chamar porque é verdade». Este «crime», o discurso comete-o mais três vezes, comparando os «explorados» a animais diante dos «exploradores»-homens: «**esfolei** com os grandes agrários» (o trabalhador como coelho) (seq. 1), «governavam-se meia dú-



Variações sobre l'Angelus de Millet, por Dalí

zia de pessoas, os outros ou tinham que ser **abatidos**» (como feras ou como gado) (seq. 3), «não arranjam calúnias para derrubar o trabalhador, para que o trabalhador rural seja **esmagado** debaixo do pé deles» (como vermes ou insectos) (seq. 5). Nestas três ocorrências, o trabalhador é explorado como animais que são mortos: a exploração é como de animais que se matam (esfolam, abatem). «**Matar o corpo** para ganhar para comer».

Sendo este o discurso sobre o trabalho no passado como «exploração», não admira que na sequência 2 a **liberdade** que o 25 de Abril prometeu para o povo português apareça como o oposto exacto dessa exploração: «que o povo português ia ter liberdade, ia deixar de ser explorado, ia-se acabar com o explorador (...) e a gente muito satisfeita, porque era disso mesmo que a gente precisava, era não sermos

explorados e termos liberdade». Ou seja, no campo deste discurso, a palavra liberdade só poderia ter um sentido: uma outra condição de trabalho, que não mais a exploração. Na seq. 4, essa relação aparece novamente: «a liberdade diz que era para todos (...) a gente tínhamos direito à vida como os outros, trabalho não havia»; o termo «trabalho» aparece conotado de maneira nova, valorativa (a repetição inicial como que assinalando esta modificação de sentido): «vamos trabalhar a terra, vamos a trabalhar a terra; com muito gosto e muita vontade, não só para nós, para todo o país, que é essa a nossa vontade é essa: trabalhamos para todo o país, honradamente, honesticamente». Gosto, vontade, honra, honestidade (como na 5.ª seq. serão convidados os rendeiros a que «peguem numa enxada e vão fazer calos, nas mãos, que assim é que eles são

honestos», pois que «se se consideram trabalhadores, pois trabalhem, têm toda a honra de trabalhar»), estes termos designam o trabalhador como **homem** e já não como **animal**, e esse **homem** é um ser aberto a todos os outros, ao conjunto do país, «para aqueles que não podem trabalhar a terra, que também precisamos deles» (o sapateiro, o chapeleiro, etc, «toda essa gente faz falta», porque também trabalham): o **homem** não é um ser isolado e egoísta (como o explorador: «serem só eles a comer, e serem só eles a querer todo o gosto do nosso país, não pode ser! Tudo ruim para os outros e tudo melhor para eles»), mas um ser colectivo e diversificado segundo as diferentes necessidades.

Assinale-se a diferença de significado da palavra **liberdade** no discurso superestrutural: as **liberdades**, termo chave do dis-

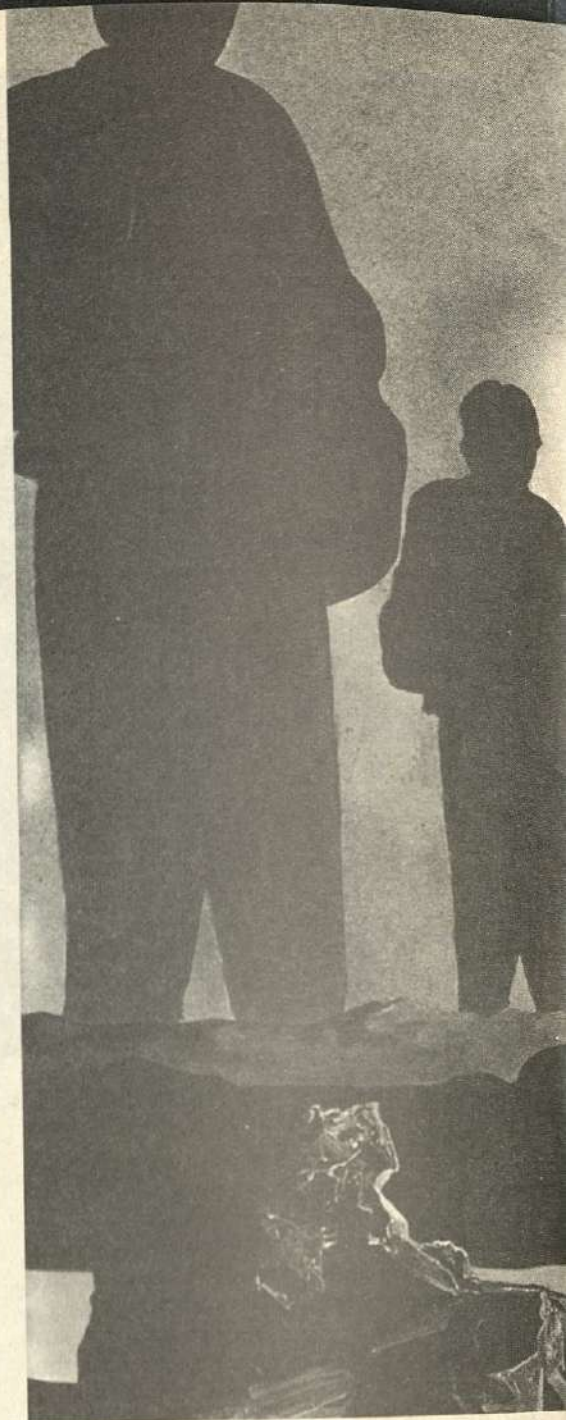
a relação marcada entre trabalho e o discurso, quer de trabalhadores quer de não trabalhadores, por outro.

EXPLORAÇÃO E LIBERDADE

A terminologia referente ao trabalho reparte-se diferentemente segundo as sequências: na primeira e terceira, ele é caracterizado como **exploração**, na segunda e na quarta como **liberdade** e **honra**. Na quinta, que põe a alternativa da continuação do processo ou do recuo para a situação anterior ao 25 de Abril, as duas caracterizações se manifestam.

O «começo da minha exploração» foi aos 7 anos; não se trata ainda de «trabalhar» pois que «pouco fazia», «praticamente não podia com a enxada», mas de uma necessidade «para dar uma ajuda aos meus pais», «tinha que lá andar» (duas vezes). Por quatro vezes, o advérbio «infelizmente» sublinha a impossibilidade de transformar ou de alterar esta situação de exploração. Só aos quatorze anos é que se pode falar de «trabalho»: «a partir desse período, comecei a trabalhar, não é?», «trabalhos duros», de sol a sol, de tal maneira, que no «hoje» do discurso, da reforma agrária em curso, «até mete espécie como é que a gente ainda conseguia vir e criar alguns putos, como aguentava». E foi sempre assim: «até ao 25 de Abril, o tom foi sempre este». Na sequência três, «trabalhar» é explicitado como «ganharmos para matar a fome», «**matar o corpo** para ganhar para comer».

Se o trabalho é tão duro, é porque ele é exploração e esta é efeito dos «grandes agrários», por intermédio do «senhor feitor» e do «capataz», caracterizados pelo **bordão** com duas funções: permitir aos que não trabalham «não estarem assim a dar cabo dos rins» (ó ironia! e os rins dos que trabalhavam sol a sol?) e «descarregar» «para algum que saísse fora do tom» (metáfora musical para designar o monócórdico da exploração: «o tom foi sempre este»). A sequência três caracteriza os agrários e a exploração: «para grandes desportos deles, de caça, e dos grandes amigos deles, e dos lacaios deles (...) cá sentados no sossego à espera que os coelhos chegassem, e as perdizes, para eles fazerem os desportos deles e divertirem-se», «que era assim que eles exploravam a gente»; «os outros dentro do mato, enterrados no mato até ao pescoço por vezes, saíam de lá todos arranhados de dentro daquelas silvas». Estes homens que eram utilizados para bater a caça, como lhes chamar? «cãezinhos, que tem de se chamar, mesmo se é um crime chamar a um corpo humano um cão, mas tem que se chamar porque é verdade». Este «crime», o discurso comete-o mais três vezes, comparando os «explorados» a animais diante dos «exploradores»-homens: «**esfolei** com os grandes agrários» (o trabalhador como coelho) (seq. 1), «governavam-se meia dú-



Variações sobre l'Angelus de Millet, por Dali

zia de pessoas, os outros ou tinham que ser **abatidos**» (como feras ou como gado) (seq. 3), «não arranjam calúnias para derrubar o trabalhador, para que o trabalhador rural seja **esmagado** debaixo do pé deles» (como vermes ou insectos) (seq. 5). Nestas três ocorrências, o trabalhador é explorado como animais que são mortos: a exploração é como de animais que se matam (esfolam, abatem). «**Matar o corpo** para ganhar para comer». Sendo este o discurso sobre o trabalho no passado como «exploração», não admira que na sequência 2 a **liberdade** que o 25 de Abril prometeu para o povo português apareça como o oposto exacto dessa exploração: «que o povo português ia ter liberdade, ia deixar de ser explorado, ia-se acabar com o explorador (...) e a gente muito satisfeita, porque era disso mesmo que a gente precisava, era não sermos



explorados e termos liberdade». Ou seja, no campo deste discurso, a palavra liberdade só poderia ter um sentido: uma outra condição de trabalho, que não mais a exploração. Na seq. 4, essa relação aparece novamente: «a liberdade diz que era para todos (...) a gente tínhamos direito à vida como os outros, trabalho não havia»; o termo «trabalho» aparece conotado de maneira nova, valorativa (a repetição inicial como que assinalando esta modificação de sentido): «vamos trabalhar a terra, vamos a trabalhar a terra; com muito gosto e muita vontade, não só para nós, para todo o país, que é essa a nossa vontade é essa: trabalhamos para todo o país, honradamente, honesticamente». Gosto, vontade, honra, honestidade (como na 5.ª seq. serão convidados os rendeiros a que «peguem numa enxada e vão fazer calos, nas mãos, que assim é que eles são

honestos», pois que «se se consideram trabalhadores, pois trabalhem, têm toda a honra de trabalhar»), estes termos designam o trabalhador como **homem** e já não como **animal**, e esse **homem** é um ser aberto a todos os outros, ao conjunto do país, «para aqueles que não podem trabalhar a terra, que também precisamos deles» (o sapateiro, o chapeleiro, etc, «toda essa gente faz falta», porque também trabalham): o **homem** não é um ser isolado e egoísta (como o explorador: «serem só eles a comer, e serem só eles a querer todo o gosto do nosso país, não pode ser! Tudo ruim para os outros e tudo melhor para eles»), mas um ser colectivo e diversificado segundo as diferentes necessidades.

Assinale-se a diferença de significado da palavra **liberdade** no discurso superestrutural: as **liberdades**, termo chave do dis-

curso ideológico burguês, estão historicamente ligadas à liberdade da acumulação capitalista, como contraprova o **pejorativo** do epíteto «libertino», dado desde o século XVII, em França, aos burgueses que entendiam a liberdade num sentido de despesa e de esbanjamento do supérfluo, precioso para a acumulação. O nome mesmo do trabalhador alentejano traz a marca dessa diferença de sentido: os pais do Libertino marcaram no nome do filho o desejo profundo de alteração das estruturas sociais de produção e exploração: se o nome tem frequentemente conotação com o destino pessoal daquele que é nomeado, foi para um destino de liberdade que este trabalhador foi, esperançosamente, criado pelos seus pais. Em contraste com a infância de miséria por onde começa o discurso, Libertino, ao encetar, com os seus camaradas, a Reforma agrária, está assumindo o destino marcado no seu nome, está se tornando homem livre, enfim Libertino. Que outro eco podia ter nele a palavra liberdade anunciada no 25 de Abril? Como se não levantará ele contra aqueles, que em nome da «liberdade, o querem de novo trazer ao estado de «animal»? «Para um caso destes, antes quero a morte», não poderei continuar a ser Libertino. Sempre que a alguém disse que estava trabalhando sobre o discurso dum trabalhador chamado Libertino, um sorriso denunciava esta diferença irreduzível entre o discurso burguês e o discurso alentejano.

TRABALHO E DISCURSO

LIBERTINO também **sabe** a diferença entre o discurso superestrutural e o seu próprio discurso, sabe que os que o filmam têm parte naquele, porque foram à escola e sabem ler, enquanto que ele, «até o tempo que devia andar na escola me foi roubado, até nisso fui explorado; sou analfabeto, infelizmente». E insiste: «era um crime, que eu devia ter saído da escola nessa altura, aos treze ou catorze anos». O termo crime (com o de roubo) só será utilizado pelo discurso para a qualificação de «cães» dada aos que batiam a caça para os senhores; saber ler é percebido claramente como um mecanismo de participação no poder, o analfabetismo como um mecanismo de segregação social, que longe de ser uma fatalidade, releva da exploração de classe a que foi sujeito, do **crime de classe**, poder-se-á dizer: explorar crianças que «pouco fazem mas têm que lá andar», condenar trabalhadores ao analfabetismo, fazer deles cães, eis as três espécies desse crime de exploração.

Mas, atenção! O analfabeto **sabe**: «sei o que quero e sei a exploração que tive». De forma nenhuma o «analfabeto» se rebaixa aos que sabem ler (até lhes ensina o que é um bordão, duvidando de que quem vai à escola conheça o que ele conhece: «um bordão, não sei se sabem

o que é, é um varapau, não é?»); antes pelo contrário, várias vezes o discurso de fora é desvalorizado face ao dos «trabalhadores da terra». A começar pelo discurso inicial do 25 de Abril, «com umas grandes conversas, que o povo português que ia ter liberdade», conversas essas que são a meter no mesmo saco dos «que tinham liberdade e que não a deviam ter, que diziam tudo e mais alguma coisa» (seq. 2), dos que se reúnem nos **cafés**: «eles estão lá todos a tomar uma bica, em reunião uns com os outros e a **estudar** a maneira como é que hão-de explorar o desgraçado para diante da mesma maneira»; «bica», «estudar» e «explorar» é posto assim em série, como lugar de «conversa», não de ociosos ou de inúteis, mas de «prejudiciais», de «inimigos», d'«o que não faz falta, aquele que levanta calúnias nos cafés, com amigos deles, a quererem combater a quem trabalha». A conversa de café é assim oposta ao que trabalha e que «faz falta». A ela se associam as armas, quer as da guarda («que diziam tudo e mais alguma coisa, quando a gente se portava mal, ainda iam buscar a Guarda para resolver uns certos problemas sempre contra nós»), quer as «pistolas nas algibeiras», opostas às armas dos trabalhadores, «os meus calos que estão aqui, é a arma do trabalhador que estão aqui».

Mas o discurso do 25 de Abril, essas «grandes conversas, que o povo português que ia ter liberdade» puseram os trabalhadores a pensar e a evocar-lhes os direitos que eles **sabiam** que tinham: «que a liberdade **diz** que era para todos, e com os nossos direitos que a gente **sabia** que tinha que ser assim, a gente tínhamos direito à vida como os outros, trabalho não havia, não deixavam a gente entrar lá dentro, a gente o que é que **pensá-mos?** organizarmo-nos». E o discurso vai enunciar a **palavra decisiva** dos trabalhadores, a que **efectua** o que corresponde à sua própria condição de trabalhadores da terra, e ao fazê-lo **cita o discurso colectivo**: «Camaradas, aqui não há mais nada a fazer; nós vamos avançar para a terra, nós somos trabalhadores da terra, nós queremos trabalhar a terra, nós queremos produzir; e vamos avançar para a terra». Nosso dito, nosso feito: «e avançámos para a terra». Aqui se diz o que faz a **força do dizer** dos trabalhadores, a sua articulação imediata ao **fazer**, articulação eminente da **teoria**, se se pode dizer, e da **prática**. Articulação que é o critério de avaliação do discurso dos rendeiros «que se consideram trabalhadores»: «peguem numa enxada e vão fazer calos nas mãos, que assim é que eles são honestos, **assim é que eles podem falar, assim é que eles têm razão**». É nesta articulação da teoria e da prática que se baseia o duplo apelo ao ministro da Agricultura «para vir cá ao campo ver o que é que cá se está a passar, para dar razão à gente que

é a gente que a tem». Esta **razão** «alcança» a distinção entre a «meia dúzia de pessoas» que «se governavam» e «os outros» que «ou tinham que ser abatidos ou não sei o que é que lhe fariam; até esse ponto, o meu ponto de vista alcança»; esta razão sabe que **diz uma verdade** quando denuncia esses que «andam a arranjar ruínas no meio da gente, a tirar a vontade à gente, depois somos nós que não queremos trabalhar; é esta a vontade dos rendeiros! digo e não tenho medo de o dizer, porque estou a dizer uma verdade». Em resumo, este discurso que não é uma «conversa», define-se como **saber do corpo e da terra**, saber dos que «somos trabalhadores da terra», que sabe avaliar a exploração a que esteve sujeito, que sabe avançar para a terra quando lha tiram, que sabe que a razão é dos que trabalham e têm calos nas mãos, que sabe avaliar o que se passa ao largo do seu **ponto de vista**, o que se passa no campo, que sabe que essa **razão** só pode ser compreendida no próprio campo, a partir do próprio ponto de vista do campo, este discurso encerra-se enunciando-se: «e até agora, era o que eu tinha a dizer era isto», a vocês, cinema, que vai levar esta palavra a outros lugares lá longe, esta palavra é a **verdade**: «não digo mais nada, que eu estou a falar, tudo quanto eu estou a falar é a verdade. E o nosso ministro que venha ver ao

campo o que é que cá está a se passar, que assim é que a gente leva a nossa revolução para a frente, Pronto.»

O que faz a força deste discurso é também o marca os seus limites, bem assinalado no duplo apelo ao ministro da Agricultura, ou seja, ao discurso político supe restrutural por excelência, o discurso do poder de Estado. Tirando da relação à terra e ao trabalho a sua força, a localização da terra (aonde o «ponto de vista alcança») **determina-lhe**, no sentido etimológico das duas palavras sublinhadas, as suas **fronteiras**. Se avançou para a terra, foi por via das «grandes conversas, que o povo português que ia ter liberdade» que, da tomada do poder de Estado pelo M.F.A., chegaram a Casebres. Estes limites obrigam assim a pôr a questão da articulação deste discurso com o discurso político em torno do poder de Estado, por que não se trata aqui de populismo, é óbvio. Mas para tratar essa questão seria necessário analisar, em contraponto, esse mesmo discurso, o que aqui não se pode fazer. O interesse dessa análise seria de poder medir, no confronto, o eco que esse discurso superestrutural encontra no campo de escuta do discurso rural alentejano. Muitos discursos, e não necessa-

DISCURSO RURAL E DISCURSO DO PODER DE ESTADO



VASCO GONÇALVES
E O
DISCURSO POPULAR

riamente apenas os da direita, mostrariam talvez apenas o seu carácter de completa incompreensão, a sua incapacidade de penetrar na área do discurso alentejano, funcionando apenas como reforço, como martelar, do «sou analfabeto, infelizmente», quantas vezes levando a conotar esse lamento como o dum «estupidez interiorizada», o recalçamento do próprio saber popular, que Libertino aqui releva de maneira tão consciente, tão briosa («mas sei o que quero e sei a exploração que tive»).

Um discurso houve, no processo português, que tentou ultrapassar este abismo entre os dois discursos, a querer assegurar a aliança entre os vários discursos populares e o do poder de Estado empenhado na revolução: trata-se do discurso do general Vasco Gonçalves. Alguns dos termos que mais insistiam no seu discurso, aparecem aqui como que a marcar justamente essa escuta privilegiada, a par doutros que também parecem relevar da escuta doutros discursos estrangeiros a Casebres. Entre estes, «os grandes desportos deles», por exemplo, assinala terminologia da cidade (com o acrescento «divertirem-se»), como também a dupla «amigos/camaradas», este termo designando os trabalhadores entre si decidindo a ocupação das terras, aquele utilizado para o círculo dos agrários e dos rendeiros (duas ocorrências), a que se junta «lacaio». De Vasco Gonçalves, quiçá a «honra» e a «honestidade» (verificar «honesticamente»), mas sobretudo estoutra dupla «atrasar a revolução»/«levar a revolução para a frente» e «aumentar/recuar o país». Enfim a referência a «Portugal», «português» e «país», os dois substantivos mais o de «pátria», aqui ausente, definindo no discurso gonçalvista um triângulo típico do lugar desse discurso como discurso do centro do poder e buscando a unificação de todos os discursos exteriores ao aparelho do Estado. De facto, esse triângulo pretende abarcar a pluralidade das práticas adentro das fronteiras «portuguesas», segundo um registo que se poderia enunciar assim: esta unidade de um território, dum população, dum língua, da sua complexa organização social é equiparada a uma corporalidade quase pessoal, cujo nome é Portugal e como tal se situa na constelação geográfico-social das formações sociais (eu diria que aí se desenha o nível simbólico do discurso político do poder); cuja imagem, figura quase mítica oferecida como espelho à identificação dos elementos da população, é a Pátria (nível imaginário); cuja complexidade, nomeadamente económica, política e social, é designada por País (nível real).

Ora não deixa de ser curiosa a observação da utilização desta mesma terminologia no discurso de Libertino. «Portugal» e «português» jogam na argumentação sobre a relação à terra, na luta que opõe os trabalhadores rurais e os antigos agrá-

rios (note-se o pretérito «era»). «A terra tanto é minha como era deles, que eu sou português, nasci em Portugal como eles, e sempre a trabalhei, até mais minha do que deles, esta é mais clara que a água, esta é mais clara que a água». O nascimento é evocado para sublinhar a anterioridade da terra e de «Portugal», quer em relação a «eles», quer em relação a Libertino. O argumento opõe-se portanto ao «direito de propriedade» sobre a terra (e exclui estrangeiros dessa mesma propriedade, que no entanto havia noutros lugares do Alentejo): o nascimento, origem da vida, é que define os direitos, e o argumento é explicitado logo a seguir: «a gente tinha direito à vida como os outros». No mesmo filme, outro alentejano dirá, na mesma argumentação: «da terra é que a gente come, da terra é que a gente vive (pausa) e ela depois também come a gente»; a dialéctica homens/terra, sob a imagem da alimentação, liga vida/morte como supremacia, em definitivo, da terra sobre os homens. Ao nascimento (por nascimento, todos os homens são iguais, repete o discurso ideológico burguês desde 1789), se acrescenta o trabalho na terra, e por isso, ela «até é mais minha do que deles». «Portugal» e «português», ao ligarem-se assim à terra concreta em redor de Casebres, à terra onde se nasce e que se trabalha, ganham assim uma relação local que não existe no discurso urbano e abstracto do poder. Essa relação local estende-se daí ao conjunto da formação social, em movimento que é o inverso mesmo do que executam os mesmos termos no discurso burguês. O que claramente ressalta da utilização do termo «País». Além de duas ocorrências equivalentes à do discurso do Estado (nas expressões, já relevadas, «aumentar/recuar o país» e «levar o país para a frente»), quatro outras marcam bem o movimento do local para o global, seguindo a lógica da própria etimologia que o francês ainda conserva («pays» é o lugar onde se nasce e vive, o seu habitante é o «paysan», o camponês). A situação do trabalhador rural: «à procura e não achavam as mais das vezes onde é que matar o corpo para ganhar para comer», essa «situação nossa cá no campo, cá na nossa área, e até praticamente no nosso país todo, que se estava abrangido por todo o país». «Vamos a trabalhar a terra, com muito gosto, e muita vontade, não só para nós, para todo o país, que é essa a nossa vontade é essa, trabalhamos para todo o país». E novamente: «o trabalhador leva o país para a frente, o trabalhador quer trabalhar, para ele e para aqueles que não podem trabalhar a terra» (os que fazem botas, chapéus, etc.). O mesmo movimento se encontra a propósito dos próprios rendeiros, com recurso igualmente à imagem da alimentação: «não quererem levar os trabalhadores ao desemprego, serem eles só eles a quererem comer, e serem só eles



a quererem ter o gosto todo do nosso país».

Em relação com o triângulo «Portugal/Pátria/País», o discurso de Vasco Gonçalves procura progressivamente ir delimitando, sob o termo de «Povo» (no âmbito da aliança Povo/M.F.A.), as classes sociais de apoio ao processo revolucionário em curso. Como não pode deixar de ser, fá-lo a partir duma óptica central, a do aparelho do Estado. O discurso de Libertino termina sobre a mesma problemática, ainda uma vez em movimento que se estende a partir do «nosso campo, da nossa área», mais precisamente da própria utilidade corporal (no sentido do corpo mesmo de Libertino) que têm para ele as outras práticas, que não as dos trabalhadores rurais. Botas, chapéu e casaco indicam a pequena indústria, a doença refere ao médico e ao comércio farmacêutico, a necessidade de transporte às actividades ditas de serviço. Assim, donde «alcança o seu ponto de vista», o discurso define as alianças de classe (não exaustivamente, não se trata de discurso político

«científico»), «toda essa gente (que) faz falta». E exclui, dum mesmo movimento, os grandes rendeiros: «o que não faz falta, é aquele que levanta calúnias nos cafés, com amigos deles, a quererem combater quem trabalha; esses é que não fazem falta».

E bastará, para sublinhar o carácter exemplar deste discurso de analfabeto, «mas que sabe o que quer e sabe a exploração que teve».

MAS a que vem este discurso, que já se disse não querer ser populista, limitando a um qualquer embevecimento diante do popular? A chamar a atenção para uma grave lacuna do discurso político superestrutural, nomeadamente o que se quer marxista. Lacuna que é convicção do autor desta leitura ser uma das razões fortes, e mal percebida, do insucesso do processo português de 74-75. De facto, o discurso do poder, do M.F.A., dos partidos ditos de «esquerda» deu-se fre-

**A ORDEM
SIMBÓLICA**

DISCURSO E CORPORALIDADE

quentemente, não só explicitamente como na sua prática, como tendo como objecto «mentalizar» e «politizar» o povo, este povo, de que Libertino é parte, e de que todos sabem a variedade étnica, por esse Portugal fora. «Mentalizar» e «politizar», como se de um povo ignorante se tratasse; como se o «alfabetismo político» fosse o maior, senão exclusivo, critério do discurso político e a ele se não opusesse senão o vazio, o zero, o obscurantismo. Ora, as poucas deambulações que, em trabalho de televisão, me foram possíveis longo de todo o ano de 75, sempre me mostraram que, como regra, o que chamamos povo **sabe** muito bem qual é a sua exploração, o que é a sua miséria, quem os seus inimigos. Saber que não terá sempre a clareza e a força do de Libertino (mas não faltam nos arquivos da rádio e da televisão dessa época os exemplos do saber da gente camponesa do Norte), que tem os limites dum saber local, como aqui se sublinhou, mas que não pode deixar de ser o ponto de partida obrigatório, necessário, de qualquer prática que seja de efectiva libertação e possa prosseguir, «apoiada pelo nosso governo», como diz Libertino. O que significa que qualquer discurso político que queira se dirigir a este mesmo discurso popular, há-de começar por o conhecer, e certamente não bastará um conhecimento «empírico». Necessário se tornará um conhecimento, tanto quanto possível rigoroso, científico, da sua lógica própria. Eis o que proponho sob o termo de **ordem simbólica**. Como a definir, como a analisar? Para tal, certamente que não bastará um discurso de ocasião como o que aqui se tentou ler, mas impôr-se-á uma pesquisa lenta e difícil, que não poderá aqui senão indicar-se, de forma imperfeita. Que em questões de **método**, de caminhada através, para referir a etimologia, só caminhando se conhece o caminho.

A ordem simbólica será o discurso que articula a corporalidade dos «sujeitos» adentro da comunidade territorial fechada (família, ou mais geralmente parentesco, aldeia), onde funcionam o que eu chamava as formações linguísticas **tribais**. O seu campo, enquanto espaço do discurso, é fechado e, por assim dizer, íntimo (à comunidade «tribal»). A sua problemática diz sempre respeito à corporalidade: às questões de nascimento e de morte, de alimentação e de culinária, de higiene, de saúde e doença, de sexualidade e de afectividade, de relações de parentesco e de matrimónio, que abrange entre vizinhos e conhecidos, de trabalho quotidiano e de consumo, de propriedade e de herança (casa, terra, móveis...), de agressão, de bom nome e de difamação (a honra), de sinais de ostentação e do que Mauss chamou o **dom** e Bataille a **despesa**, de vestuário e recentemente de automóveis, etc. Poder-se-á propor que esta «ordem» regula questões de

violência, no sentido de Bataille (em **O erotismo**) e, duma forma geral, sob forma duma dialéctica entre **vida e morte**, que seria constitutiva de todo um conjunto de regras, de interditos, de saberes empíricos, de lugares comuns, de hábitos. Hipótese de trabalho seria postular que esta ordem simbólica conhece uma inércia maior que talvez qualquer outra estrutura social à mudança, à transformação, resistência mesmo aos efeitos de emigração e até do efeito da escola. Seria transmitida por provérbios populares, contos e narrativas afins, religião e moral populares, por mecanismos inconscientes ligados à formação do Édipo, pelos hábitos de higiene, etc., pelo que se pode designar genericamente por «regras de vida». Da vida contra a morte, de que somos constantemente ameaçados. Vida como sobrevivência.

«As ordens simbólicas» variarão certamente com os lugares e as classes sociais e estarão sujeitas a modificações porventura mais aceleradas por obra dos grandes meios de comunicação social, nomeadamente os que veiculam **imagens**, na medida em que o **imaginário social**, tradicionalmente em torno da imagem do **pai** e da **mãe**, lugar das identificações, em sentido psicanalítico, será decisivo na constituição desta ordem simbólica.

Exemplifiquemos com o discurso de Libertino: «E a terra tanto é minha como era deles, que eu sou português, nasci em Portugal como eles, e sempre a trabalhei, até mais minha do que deles, esta é mais clara que a água, esta é mais clara que a água». «Não arranjem calúnias para derubar o trabalhador, para que o trabalhador rural seja esmagado debaixo dos pés deles, não pode ser!, não pode continuar para diante. Para um caso destes, antes quero a morte, mas se me matarem por isto, matam-me injustamente, esta é mais clara que a água também». Trata-se de justificar as ocupações de terras como momento inicial da nova condição de trabalho (como honra, liberdade), no primeiro caso, e do final eventual dessa nova condição, do regresso à exploração, no segundo. A liberdade justifica-se, logo a seguir à primeira citação, «a gente sabia que tinha de ser assim, que tínhamos direito à **vida** como os outros», da mesma maneira que a exploração se disse antes «**matar** o corpo para ganhar para comer». Ora, estes dois «é mais claro que a água» relacionam-se justamente com o **nascimento** e com a **morte**. O que significa que a «clareza» dos argumentos (a saber, que a terra é mais de quem a trabalha do que de quem detém o título jurídico de propriedade e que matar por recusa de exploração é uma injustiça) vem da sua articulação com a vida/morte: esta dupla define o campo da clareza, da **razão** do discurso de Libertino. Esta jogará no espaço discursivo do que chamei a «ordem simbólica». ■

A CRISE DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

MÁRIO MURTEIRA

A principal preocupação dos Acordos de Bretton Woods foi assegurar um sistema estável de relações monetárias internacionais, com câmbios relativamente fixos, que permitisse a expansão do comércio internacional e a manutenção de elevados níveis de emprego nos países capitalistas industrializados. Pode dizer-se que este objectivo foi atingido enquanto houve condições para o sistema funcionar.

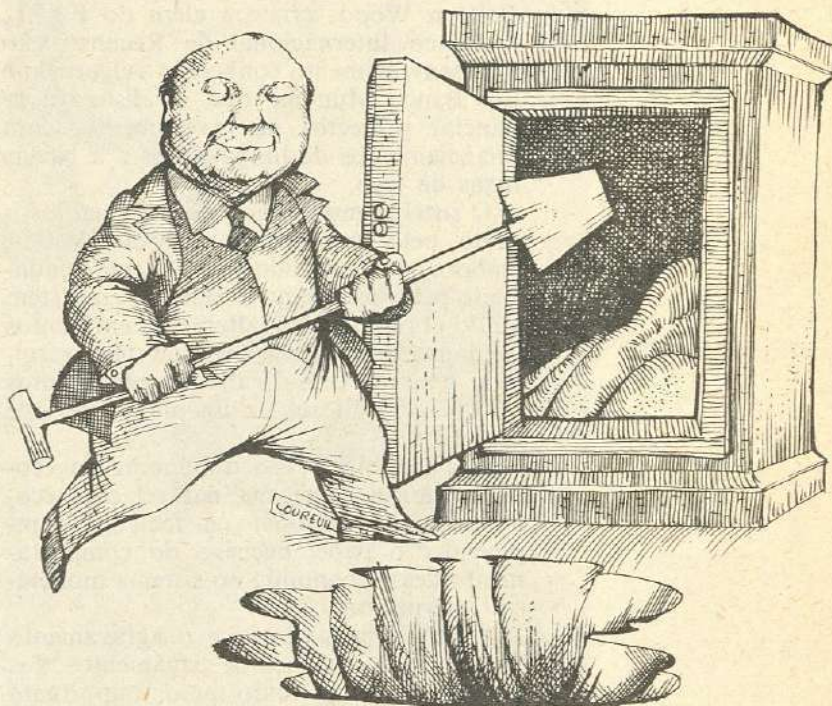
O sistema assenta numa instituição, o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) que iniciou a sua actividade em 1947. Os recursos do Fundo provêm das quotas ou contribuições dos países membros, em princípio e de acordo com os estatutos do FMI, realizadas 25% em ouro e 75% em moeda nacional. O valor da quota determina o número de votos de cada país membro: 250 para cada um mais um voto para cada 100 000 biliões de quota. O capital inicial do FMI foi de 10 biliões de dólares, dos quais 2,75 contribuição dos E.U.A. (o país que detém o maior número de votos) e 1,3 do Reino Unido.

Note-se que com excepção da Jugoslávia e da Roménia, os países socialistas não fazem parte do F.M.I.

Cada país, ao aderir ao F.M.I. compromete-se a manter câmbios estáveis para a sua moeda, não podendo o câmbio variar mais de 1% (para mais ou para menos) em relação à paridade estabelecida para a respectiva moeda.

Esta paridade fixa-se em relação ao dólar ou ao ouro. Como não existe neste sistema — ao contrário do padrão ouro clássico — um mecanismo automático e espontâneo estabilizador dos câmbios exigem a intervenção dos Bancos Centrais para assegurar essa estabilidade.

Por exemplo: se a libra tende a desvalorizar-se relativamente à paridade estabelecida, o que pressupõe um excesso da oferta (dos que querem vender libras, para comprar outras divisas) sobre a procura de libras (dos que querem vender outras divisas por troca com libras) o Banco de Inglaterra deveria intervir comprando libras, para manter o respectivo preço ou câmbio. Isto é: o Banco deveria compensar a insuficiência da procura de libras relativamente à oferta para manter a paridade estabelecida oficialmente. Em caso contrário — sobrevalorização da libra por excesso da procura sobre a oferta — o



Banco deveria intervir vendendo libras por troca com outras divisas (comprando dólares ou marcos, por exemplo).

Quais os processos mediante os quais o F.M.I. poderia apoiar os países em dificuldades na sua balança de pagamentos, permitindo tanto quanto possível a desejada estabilidade cambial?

Em primeiro lugar, através do mecanismo das **tranches**. O montante da quota de cada país membro é dividido em cinco partes (**tranches**) de 25% cada, o que constitui uma soma de recursos que o país pode utilizar gradualmente em caso de desequilíbrio da sua balança de pagamentos.

A primeira **tranche**, é chamada a **tranche-ouro**, por corresponder aos 25% da quota realizados em ouro pelo país subscritor e a sua concessão é automática, isto é, obtida pelo país necessitado sem quaisquer condições. As outras **tranches** (que no total atingem 125% da quota subscrita) são concedidas em termos cada vez mais dificultados e exigindo-se que o país demonstre perante o F.M.I. que está disposto a pôr em prática medidas de política económica adequadas para superar a situação da sua balança de pagamentos.

Outros processos utilizados pelo F.M.I. são os créditos **stand by** e os acordos **swaps**. Os primeiros são linhas de crédito em divisas abertas aos países em dificuldades por determinado prazo. Os segundos,

QUAIS OS PROCESSOS DE APOIO DO F.M.I. ?

acordos celebrados entre Bancos Centrais de países membros, significam uma troca de moeda nacional por certo montante de divisas estrangeiras, operação que deverá saldar-se por outra de sinal contrário ao fim de certo período.

Quando estes meios falham ou são insuficientes, o país pode desvalorizar a sua moeda, a título excepcional, para reequilibrar a sua balança de pagamentos.

Note-se, finalmente, que os acordos de Bretton Woods criaram além do F.M.I., o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento conhecido vulgarmente por Banco Mundial, que se destina a financiar projectos de investimento, com financiamentos de longo prazo e a baixas taxas de juro.

O sistema monetário internacional instituído pelo Acordo de Bretton Woods, embora não tenha sido formalmente denunciado pelos países que o subscreveram, tem vindo porém a sofrer alterações em pontos fundamentais, alterações que têm resultado mais da pressão dos acontecimentos do que da aplicação dum plano coerente de reforma.

Atendendo ao peso dominante da economia norte-americana nas relações económicas internacionais, é fácil de compreender o papel decisivo do comportamento dessa economia no sistema monetário internacional.

Assim, a persistência e o agravamento do défice da balança de pagamentos dos E.U.A. têm constituído factor importante de perturbação do sistema monetário internacional. Esse défice, é certo, tem características específicas, qualitativamente muito distintas, por exemplo, das situações correntes em países em desenvolvimento e até em economias capitalistas avançadas como a Itália e o Reino Unido.

Duma maneira geral, até 1970, a balança de transacções correntes dos E.U.A. era superavitária, com saldos positivos na balança comercial e fortes entradas provenientes dos rendimentos de capitais investidos no exterior.

O saldo negativo global resultava das despesas militares americanas no estrangeiro — particularmente gravosas no Vietnã, até à derrota norte-americana — e também do fluxo dos investimentos das transnacionais no exterior. A partir de 1971, começam porém a surgir déficits importantes na balança comercial, que naturalmente agravam a situação geral da balança.

Isto significa que a maior potência económica não pode ou não quer satisfazer a regra básica imposta aos seus participantes, isto é, o equilíbrio nas contas externas, ao menos como objectivo a prazo. É certo que o défice norte-americano nas décadas de 50 e parte da de 60 teve a função positiva de criar meios de pagamento internacionais de que outros países capitalistas necessitavam. Os países credores dos E.U.A. acumularam dólares,

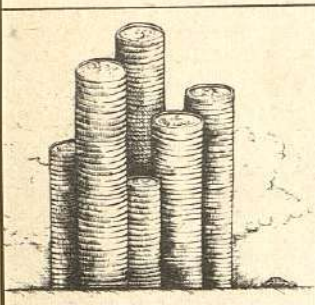
necessários ao financiamento das suas importações, sobretudo nas primeiras fases da reconstrução europeia no pós-guerra.

A partir de determinada altura, porém, a confiança no dólar começa a ser fortemente abalada e a consciência da fragilidade e arbítrio do sistema generaliza-se também. Quanto ao primeiro aspecto, basta notar que a relação entre as reservas internacionais (quase exclusivaente composta por ouro) do tesouro norte-americano e as responsabilidades à vista (imediatas) face aos credores externos era de 2,73 em 1950 e já tinha baixado para 0,45 em 1967. A convertibilidade em ouro dos dólares depositados no exterior torna-se cada vez mais problemática e vários expedientes utilizados para superar a situação — como a estabilização do preço do ouro nas transacções inter-Bancos Centrais enquanto se deixa livre o preço do metal amarelo nas outras transacções (decisão de 1968, revogada em 1973) — apenas adiam o facto inevitável da **inconvertibilidade** do dólar em ouro, que vem a ser declarada em Agosto de 1971 pelo Presidente Nixon, a título provisório, mas que hoje é reconhecida como definitiva.

Menção deve ser feita ao montante de capitais internacionais mantidos sob forma líquida pelas empresas transnacionais (em 1975, por exemplo, estimou-se que atingiam cerca do dobro das reservas monetárias mundiais) capitais cuja movimentação especulativa gera, sobretudo em momentos críticos, perturbação profunda nas relações monetárias internacionais. É, em parte, em consequência destes movimentos incontrolados e incontroláveis que a crise monetária de 1971, apesar das medidas então tomadas, volta a agudizar-se em 1973, aqui já num novo contexto derivado da política da O.P.E.P. e do aumento espectacular do preço do petróleo.

Depois das medidas decididas unilateralmente por Nixon em Agosto de 71 — entre elas, e além da suspensão da convertibilidade do dólar, a imposição de uma sobretaxa de 10% sobre as importações não contingentadas — em Dezembro do mesmo ano, negociam-se novas paridades das principais divisas, com desvalorização do dólar, e acorda-se uma margem de flutuação mais flexível que o 1% fixado em Bretton Woods. Assim, as moedas agora flutuam 2,25% para mais ou para menos, portanto com uma margem de flutuação de 4,5%. A continuação da falta de confiança e a especulação sobre o dólar determinam nova desvalorização em Fevereiro de 1973 e a generalização dos câmbios flexíveis ou flutuantes desde então, como tentativa de facilitar os ajustamentos das balanças de pagamentos às condições instáveis da conjuntura internacional.

No domínio da reforma do sistema monetário internacional, o passo talvez mais significativo a longo prazo, em paralelo com a inconvertibilidade do dólar e o declínio do papel do ouro, foi a criação





de novo instrumento de liquidez internacional, os Direitos Especiais de Saque (em inglês, Special Drawing Rights, e em francês Droits de Tirage Spéciaux). Estes títulos de reserva (que não podem utilizar-se para liquidar transacções), são criados por decisão do F.M.I., e a primeira emissão de 9,4 milhões de D.E.S., em 1970, a realizar em 3 anos, foi distribuída pelos membros interessados do F.M.I. na propor-

ção das suas quotas. Inicialmente, fixou-se para os D.E.S. uma paridade ouro igual à do dólar; a partir de Julho de 14 a paridade passou a ser referida à média ponderada — pelo volume de transacções internacionais correspondentes a cada moeda — das 16 principais divisas do mundo capitalista. Se as reservas em D.E.S. ainda constituem parte diminuta das reservas mundiais, a tendência histórica vai, no

entanto, no sentido da sua crescente importância.

No momento actual continua em discussão a orientação básica do novo sistema a instituir. Entre os grandes problemas em aberto, contam-se os seguintes:

O futuro do ouro e do dólar como instrumentos de reserva, embora exista um consenso sobre a generalização e incremento da emissão dos D.E.S., há divergências fundamentais, mesmo entre países

capitalistas desenvolvidos, sobre as funções futuras dos instrumentos tradicionais de reserva. Parece, todavia, improvável a recuperação do papel do ouro no sistema monetário internacional pois há uma longa e profunda tendência histórica em sentido oposto.

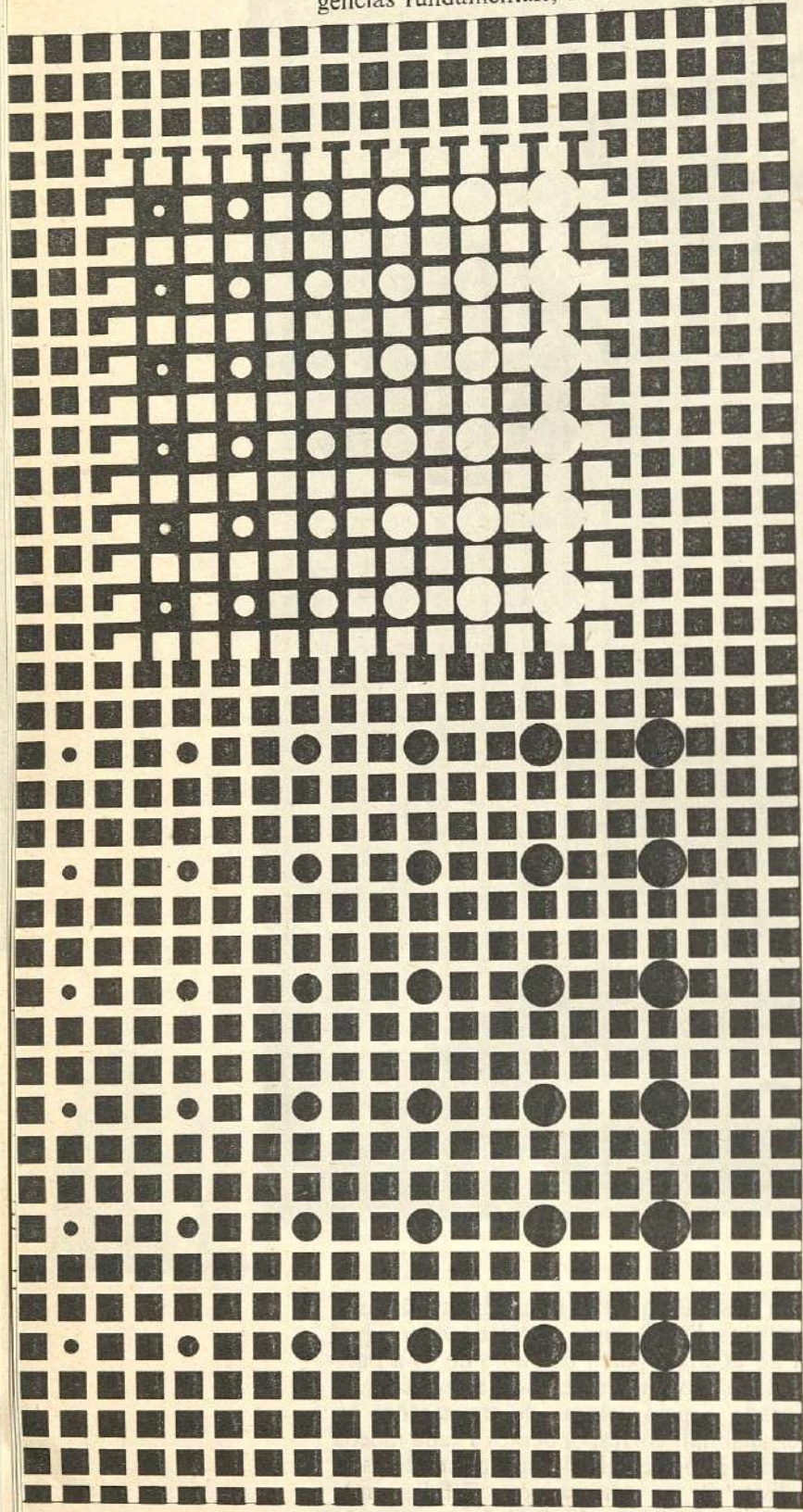
Outra questão nevrálgica respeita ao desequilíbrio da balança de pagamentos dos E.U.A. e ao empenhamento do respectivo governo na política julgada mais conveniente para superá-lo. Esta questão, além do mais, relaciona-se com a problemática da trans-nacionalização do capital, designadamente, através da expansão das chamadas multinacionais.

O tema dos mecanismos de ajustamento das balanças de pagamentos, e a responsabilidade dos estados nacionais, quer integrados na cooperação económica internacional, quer ainda impulsionados directa ou indirectamente pelo F.M.I. é também matéria controversa. Uns países, como os E.U.A., preferem fortalecer os mecanismos mais ou menos espontâneos da economia capitalista, com relativa autonomia da esfera monetária em relação à esfera real, ou da produção, enquanto outros advogam procedimentos mais activos e intervencionistas dos governos e não admitem uma visão exclusiva ou predominantemente monetarista do equilíbrio nas relações externas (em detrimento, por exemplo, dos níveis internos de emprego e dos ritmos de crescimento económico).

O ponto de vista dos países do Terceiro Mundo — com excepção de alguns entre eles, grandes exportadores de petróleo que se tornaram aliados dos grandes interesses do capitalismo internacional — as oposições são frequentemente radicais. Se se trata de defender uma Nova Ordem Económica Internacional, cujos contornos já conhecemos, não é fácil aceitar apenas alguns retoques ou ajustamentos menores num sistema monetário que foi instituído e é controlado ainda segundo os interesses das economias dominantes e em particular dos E.U.A.

Uma questão particularmente crítica neste aspecto é o agravamento da dívida externa dos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo, problema que a maioria dos países industrializados ocidentais se tem recusado a abordar globalmente e em profundidade. Outra é a dos mecanismos ou processos de ajustamento mais adequados à superação das crises estruturais da balança de pagamentos no Terceiro Mundo, questão que levanta toda a problemática das estratégias de desenvolvimento mais adequadas aos países atrasados e dependentes que pretendem firmemente deixar de sê-lo. ■

Extractos do livro «Desenvolvimento Económico e Comércio Internacional — um curso introdutório» a publicar brevemente por Moraes Editores.



Vasarely

DOSSIER 68 PRAGA-68

Praga-68: a Primavera de Praga. Por um socialismo de rosto humano. «E seria politicamente grave pretender julgar e condenar, por causa de um adjetivo («humano») algo como o «socialismo de rosto humano» em que as massas checas exprimam, e mesmo se por vezes a forma era confusa, os seus protestos e aspirações de classe e nacionais. (...)

Havia numerosos intelectuais no movimento nacional de massas checos, mas no fundo das coisas este movimento não era um «movimento de intelectuais»: era um movimento popular. O que o povo checo queria era o socialismo na independência nacional, e não o humanismo: queria um socialismo cujo rosto (e não o corpo: não se fala de corpo na fórmula) não fosse desfigurado por práticas indignas, não só dele (o povo checo: povo de elevada) cultura política como do socialismo. O movimento nacional de massas do povo checo, mesmo se foi reduzido ao silêncio (a resistência prossegue sob o silêncio) merece o respeito e o apoio de todos os comunistas» (Louis Althusser, *Réponse à John Lewis*, pp. 67-68). E Praga-68 é ainda mais: é a tentativa de pensar uma revolução de Conselhos operários, um socialismo autogestionário. Dez anos depois, os textos de Rudolf Slansky e de Jindrich Chalipecky, que ABRIL reproduz, constituem matéria de reflexão estimulante para o pensamento revolucionário do nosso tempo.

CRONOLOGIA

- 5 de Janeiro de 1968 — Destituição de Novotny. Eleição de Alexandre Dubcek para o Comité Central, com o posto de Primeiro Secretário do PCC.
- Março — Svoboda é eleito presidente da República Checoslovaca pela Assembleia Nacional, sob proposta de Dubcek, em substituição de Novotny. Outros candidatos: Joseph Smrkovsky (que será eleito Presidente da Assembleia Nacional), Cisar.
- 5 de Abril — Adopção do Programa de Acção pelo Comité Central por unanimidade.
- 29 de Junho — Declaração-programa do Governo Cernik sobre a criação de conselhos operários.
- 14 de Julho — Carta dos cinco países do Pacto de Varsóvia.
- 17 de Julho — Resposta do Presidente do PCC, adoptada em 19 de Julho pelo Comité Central. Uma só voz contra: a de D. Kolder.
- 29 de Julho — Conferência de Ciernia (URSS e Checoslováquia).
- 4 de Agosto — A conferência de Bratislava (URSS, Polónia, Hungria, Bulgária, Alemanha, Checoslováquia) termina por uma Declaração comum de acordo.
- Noite de 20-21 de Agosto — Invasão do território checo pelos cinco exércitos do Pacto de Varsóvia (URSS, Alemanha Oriental, Polónia, Hungria, Bulgária). Prisão e rapto dos quatro dirigentes checos: Dubcek, primeiro secretário do Partido, Smrkovsky, Presidente do Conselho de Ministros, Kriegel, presidente da Frente Nacional. Em Moscovo, o general Svoboda, recebido com honras de Chefe de Estado, exige e obtém a libertação das personalidades detidas.
- 22-24 de Agosto — O XIV Congresso (extraordinário) do Partido Comunista checoslovaco reúne-se clandestinamente na fábrica CKD de Praga-Vysocany. Criação de Conselhos operários em grande número de fábricas da Checoslováquia.
- 27-28 de Agosto — Sessão do Comité Central eleito pelo XIV Congresso.
- 27 de Agosto — Assinatura forçada dos Acordos de Moscovo sobre o «estacionamento provisório» das tropas de ocupação. (Do lado do ocupante fez-se pairar a ameaça de «um massacre da população»).
- Em virtude dos «Acordos», o XIV Congresso foi considerado nulo e inexistente, apesar da regularidade dos seus modos de eleição e de convocação. Contudo, 80 membros do «Comité Central de Vysocany» são cooptados pelo antigo Comité Central, que é reconduzido nas suas funções.
- 31 de Agosto — Sessão do Comité Central do PCC (antigo Comité mais os 80 de Vysocany). Framisek Kriegel é obrigado, sob ameaça do ocupante, a pedir a demissão do Presidium do PCC.

- Junho-Setembro de 1968 — Criação de 19 Conselhos operários.
- 24 de Outubro — Decreto do governo decidindo suspender qualquer nova criação de Conselhos operários.
- 17 de Novembro — Greve estudantil por iniciativa da União dos Estudantes e com o apoio dos Conselhos Operários e da União dos trabalhadores da Metalurgia, para pedir a manutenção de Smrkovsky na presidência da Assembleia Nacional.
- Dezembro — Reunião plenária do Conselho Central dos Sindicatos que desaprova a decisão do governo relativa aos Conselhos operários.
- Outubro de 1968-Janeiro de 1969 — Criação de 260 Conselhos operários.
- 9-10 de Janeiro de 1969 — Reunião nacional dos Conselhos operários. Proposta, formulada por Rudolf Slansky Júnior, para que se constitua um Centro Consultivo dos Conselhos Operários.
- Fim de Janeiro de 1969 — Publicação de projecto de lei sobre a empresa socialista.
- 13 de Fevereiro — Revisão do projecto pelo «governo checo» (tendência Strougal-Husak).
- 28 de Março — Desafio de hóquei. Vitória da equipa checa, manifestações de alegria na multidão (antissoviéticas). Provocações policiais perante a agência da Aéroflot em Praga: vidros partidos. Mais de 500 Conselhos operários estão constituídos.
- Abril — Ameaça de reocupação de Praga e de Brno pelo exército de ocupação. Pressões do marechal Gretchko.
- 3 de Abril — Restabelecimento da censura prévia.
- 17 de Abril — Demissão forçada de Dubcek. Husak é designado para o cargo de primeiro secretário do Partido. O castelo de Praga, onde se desenrola a reunião do Comité Central, é cercado pelas forças de Segurança (por ordens de Strougal). Abolição do método de eleições por voto secreto.
- Julho de 1970 — Proibição dos Conselhos operários pelo ministro da Indústria.
- Setembro de 1970 — Dissolução da União dos Escritores por decisão da equipa dirigente Husak-Bilak.
- Dezembro — Alois Indra e Vassil Bilak confessam perante o Comité Central serem os autores do «apelo» às tropas do Pacto de Varsóvia (em 21 de Agosto de 1968 eles tinham declarado que a invasão era «uma grande tragédia» e afirmavam «não estar ao corrente de nada»).
- 5 de Maio de 1972 — 14.ª Sessão plenária do Conselho Central dos Sindicatos («normalizado») condenando os Conselhos operários como «passagem à liquidação da propriedade social global». ■

TODO O AOS CON

Por ocasião de uma reunião de uma das nossas associações de criativos, evocámos recentemente, entre outras, a resolução dos responsáveis governamentais relativos à reunião de 1968, e que agrupavam representantes de investigadores científicos, artistas e jornalistas.

Aparentemente, e com uma única excepção, foi tudo aprovado: **NÃO DEVEMOS OCUPAR-NOS DOS CONSELHOS OPERÁRIOS**, isso não nos diz respeito. O porta-voz do Governo participou-o como se de uma evidência se tratasse e de resto ninguém lhe fez qualquer referência na assembleia. Não é lógico? Que os trabalhadores da cultura se ocupem da cultura e os operários das fábricas.

A cultura é sempre algo um pouco aristocrático. O povo trabalha nos ateliers, nas oficinas e nos escritórios, e descansa nas salas de festa, nas cervejarias, nas casas de campo e diante dos televisores. Mas não lhe podemos exigir que leia poesia concreta, que oiça Cage ou que vá a exposição de **pop art** ou de **minimal art**; isso é connosco, os trabalhadores da cultura e com o público esclarecido. Na nossa época democrática prefere-se não falar muito de tudo isto, mas será melhor que o povo não se intrometa nos nossos assuntos, porque isso daria mau resultado; porque deveríamos nós então metermo-nos nos seus? Se respeito a competência de um operário, desejo que ele respeite igualmente a minha; vivo numa casa que os operários me construíram, ilumino-me com a electricidade que eles me instalaram; mas nem por isso tenho de saber como o fizeram, basta que os resultados do seu trabalho me satisfaçam... mas o que se passaria se adoptássemos o mesmo critério à produção de bens culturais?

Começaríamos a perguntarmo-nos para quem e a quantos servem estes bens e constataríamos que a poesia concreta, Cage, a **pop art** e a **minimal art** são inúteis para aqueles precisamente que me preparam os bens materiais sem os quais eu não poderia existir.

Artigo publicado em LISTY (As notícias), semanário da União dos Escritores Checos, II, n.º 7, 20 de Fevereiro de 1969.

PODER CONSELHOS OPERÁRIOS

INDRICH CHALUPECKY



Os carros russos na Checoslováquia em 1968

Um espírito conciliador admitirá que se faça também alguma arte «experimental», «de laboratório», mas seria então necessário que dessa arte saísse algo de útil; todo o homem sério insistirá no facto de que temos necessidade sobretudo de ver os escritores e os artistas interessarem-se por uma arte que se destinará a ser consumida pelas massas; os próprios sábios deveriam consagrar-se prioritariamente a investigações que promettessem um progresso geral rápido.

Parece que estas considerações se inserem perfeitamente na ordem das coisas e não é surpreendente que tenham influenciado frequentemente o trabalho dos escritores e dos artistas.

Nos anos cinquenta, marcaram mesmo toda uma etapa da nossa arte; diz-se hoje que isso se ficou a dever à violência, ao

poder administrativo, ao terror e ao medo, mas não é totalmente verdade; os argumentos sobre a responsabilidade social do escritor, do sábio e do artista tiveram e têm ainda o seu peso moral e a pergunta «com quem dominais a cultura?» continua a exigir uma resposta.

II

Mas se estudarmos estas considerações, temos de nos debruçar sobre temas como consumo de massas e interesse geral. Se falamos de consumo na cultura, trata-se de uma metáfora. A arte e a ciência não são bens de consumo, não são tão pouco o que em economia se chama bens. Existem no interior da sociedade, funcionam aí, mas não são minimamente consumidos. São apresentados à sociedade de maneira

**A ARTE
E A CIÊNCIA
NA SOCIEDADE**

**O QUE FALTA
À NOSSA CULTURA
É UMA
SOCIEDADE LIVRE**

diferente do pão, do vestuário ou das casas. São feitos de outras coisas e por outras razões que não o interesse material... Apesar disso, compreendemos que uma sociedade que não tivesse os seus poetas e os seus artistas não estaria em ordem: poderia desenvolver-se da maneira mais próspera no plano material, sendo já uma sociedade morta. E mesmo que esta sociedade conservasse com o maior cuidado nos museus e bibliotecas os bens culturais do passado, isso de nada serviria. Numa sociedade assim, morta, mesmo esses bens estariam já mortos.

A poesia não são os livros; a arte não são os quadros, as estátuas, os rolos de filmes; a ciência não são os dicionários científicos. São os actos; é uma actividade incessante. Mas na nossa sociedade, esta actividade está quase paralisada. O erro não está na produção dos bens culturais. Há bastantes, há mesmo mais e mais variados do que já alguma vez houve; não há ninguém que lhe não tenha acesso, de uma maneira ou de outra, através da imprensa, da rádio, da televisão; mas ao mesmo tempo a sua acção é cada vez mais problemática. Dantes, a função da cultura consistia em trazer à existência impulsos sempre novos. Poderia dizer-se que ela a renovava; e, por essa razão, as obras acabadas constituíam para ela um obstáculo, o que criava não eram bens culturais mas a vida das pessoas. Agia sobre elas, nelas, sem nunca se concretizar em qualquer outra matéria. Era sempre modesta. Não havia nada de experimental na sua modernidade, ou que viesse do laboratório, mas visava directamente a vida de todos os homens. A cultura de hoje está como que enfeitada pelas novas convenções quer sejam tradicionalistas, modernas ou de vanguarda. Dirige-se aos hábitos e não às necessidades da vida. É constantemente obrigada a fazer recuos. Como se faltasse espaço para o que ela pudesse trazer. A cultura era sempre nova porque tinha a sua origem na liberdade e aquele para quem era feita devia ser também livre para a aceitar. Mas o que falta à nossa cultura é uma sociedade livre.

III

Ensinarão-nos que o povo foi sempre oprimido pelos escravagistas, os senhores feudais, os industriais. E, no entanto, lutas, levantamentos e golpes de Estado, são uma característica da história europeia dos últimos séculos. O Próximo-Oriente, a China, a Índia, a África, e as suas civilizações gigantes não conhecem nada de comparável. O historiador atento reunirá quatro ou cinco exemplos para os seis milénios da nossa história e é problemática a sua interpretação. Será porque o resto do mundo era tão atrasado e a Europa tão progressista? Se é assim, por que razão eram as pessoas de lá tão atrasadas e nós tão progressistas?

Apenas a desigualdade social não basta para explicar as lutas e conflitos sociais. Começam na Europa Gótica; e no entanto a própria miséria gótica não era maior do que a da Europa romana ou pré-romana, seria antes o contrário. Estes conflitos coincidem com os princípios da grande produção manufacturada e o aparecimento do proletariado, e poderia pensar-se que a causa estaria numa ausência de liberdade particular que nasceu nessa altura. Há nisso alguma verdade mas uma das maiores convulsões sociais da Europa gótica foi o hussitismo cuja origem é precisamente a excelência (o esplendor) e a prosperidade na época do imperador Carlos IV; o hussitismo atacava a sua herança. Mas a causa era mais profunda do que uma transformação económica, que era, ela própria, sobretudo uma consequência desta causa mais profunda.

Esta causa situa-se sem dúvida nos próprios fundamentos da cultura europeia. O capitalismo europeu traz consigo desde o início qualquer coisa de terrível e assustador, que a Europa pré-capitalista ignorava até então. «A burguesia... destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rompeu todos os laços feudais infinitamente variados... só conservou entre os homens o egoísmo nu... afogou nas águas geladas da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco e de sentimentalismo banal. Transformou a dignidade pessoal do homem em moeda de troca». (1) Não foram só a ciência, a técnica e a razão que fizeram o nosso mundo. Mas a falta de amor, a dureza e o cálculo, o calvinismo, a falta de fé no mundo, no amor quotidiano e no bem de cada dia. A consciência de transcendência é a premissa da cultura; para que o homem seja homem, para que possa criar as suas civilizações, deve acreditar que o mundo não é só mundo, que a sua materialidade é transparente. Só depois este mundo pode ser o lugar de realização da sua liberdade, só depois aí pode criar uma vida sempre nova. Poderíamos dizer que a tarefa da cultura é manter esta consciência da transparência do mundo. Fá-lo servindo-se dos mais diversos meios, da clarividência intelectual dos Sumérios e do terror azteca. Mas é como se a Europa tivesse perdido esta confiança na transparência do mundo. Há já uma espécie de impotência no encanto do gótico de côrte e mais ainda na melancolia amarga do século catorze, esse «outono da idade média»; para o maneirismo do século dezasseis a liberdade não é mais do que um sonho e o mundo transforma-se em miragem. É então que começa definitivamente a nossa idade moderna na rotura desesperada entre este mundo e o outro, entre a necessidade e a liberdade. Este mundo transformou-se em definitivo na nossa única realidade de que somos prisioneiros.

(1) Marx, Manifeste Comunista.



1956 na Hungria. Habitantes de Budapeste queimam fotografias e discursos de Estaline

IV

A realidade é para nós, europeus, muito real; é um organismo espantoso, extraordinariamente complexo que encerra em si origem e sentido. Está ali, à nossa frente, perfeitamente acabado e cabe-nos a nós estudá-lo, compreendê-lo e ordená-lo em relação ao nosso pensamento e à nossa acção. Estamos submetidos às leis da natureza e, se a nossa produção é tão extraordinariamente eficaz, é porque utiliza sistematicamente conhecimentos das ciências naturais sobre a organização do cosmos; o seu ideal é converter-se numa nova natureza, continuá-la. À imperfeição humana se deve o facto de nesta produção devermos inventar ainda e sempre improvisar a natureza; a produção perfeita reger-se-à a si própria, por meio de mecanismos cibernéticos incluídos. Estes mecanismos, para além do tratamento das informações que lhes fornecermos, acabarão por reunir eles próprios, através dos seus órgãos a

informação, por se corrigir e por melhorar o rendimento próprio; acabarão mesmo por se produzir e reproduzir a si próprios.

Quanto mais a produção prospera, desta maneira, mais se liberta na realidade do homem, da sua subjectividade, dos seus estados de espírito e da sua capacidade de erro. Serve o homem, mas o preço é a sua submissão, a adaptação do homem à sua objectividade, à sua racionalidade, ao seu carácter organizado. Serve o homem, mas o preço é a sua subjectividade, mas esta espantosa organização extraordinariamente eficaz da produção moderna pressupõe a supressão desta subjectividade. Porém, se a liberdade do homem consiste na sua subjectividade, a organização que exclui esta subjectividade transforma-se na organização da privação da liberdade humana.

A medida desta privação é, contudo, ainda muito diversa. Há, no mundo moderno, profissões onde se tem ainda neces-

LIBERDADE
PRODUÇÃO
E SUBJECTIVIDADE

ARTE E DEMOCRACIA

sidade de reflexão e de decisão pessoal, onde a intervenção subjectiva é indispensável para que a produção funcione; é o caso da investigação científica, na gestão, na administração. Há outras onde a divisão do tempo, os caminhos do pensamento, a maneira de se deslocar são essencialmente determinadas pela objectividade e pelo mecanismo da produção moderna, como é o que acontece ao operário que trabalha numa fábrica. Ensina-se-lhe desde os quinze anos a ser passivo; e a sua vida está desde logo e para sempre dividida entre o trabalho e o divertimento; e, quanto mais passivo conseguir ser, melhor trabalha; não há lugar para a sua subjectividade. Aprendeu que não deve criar a partir da sua subjectividade. De resto só dispõe dela para o seu repouso. Reside aqui o carácter desumano da civilização moderna. É uma civilização de privação da liberdade, e da passividade; a própria vida deve ser fabricada e entregue aos homens já feitos. A cultura perdeu o seu antigo significado. Tornou-se anormal; não a formação da vida, mas uma forma de repouso passageiro fora dela; no melhor dos casos, uma criação de coisas belas para gente bela, um negócio de senhores; um jogo bem determinado, tema de conversas espirituosas, um bem material precioso. Quanto mais admiramos as obras de arte, menos lhes permitimos ter influência sobre a nossa vida real.

A arte moderna não tem lugar nem tempo onde possa funcionar. Existe, mas não provoca nada. Teria necessidade de homens livres na realização da sua existência e que pudessem aceitar os seus impulsos. O artista precisa de liberdade para o seu trabalho, não pode criar senão a partir da liberdade como precisa ainda de criar para a liberdade dos outros. «A poesia e a revolução confundiram-se, de certo modo, na minha cabeça» confessava Maiakovski. Se os artistas modernos se juntam muitas vezes aos movimentos revolucionários, não é por razões de ordem intelectual, nem tão pouco por razões de ordem ética. Muito simplesmente porque não têm a quem dar a sua arte.

(2) Carta de cinco países do pacto de Varsóvia, publicada a 17 de Julho de 1968, que fazia o processo de toda a política que se seguiu a Janeiro e onde se fazia apelo à ordem «para salvar o socialismo».

Reunião do Conselho de Estudantes da Faculdade Charles, em Praga 1968



Não se pode reduzir a restituição da liberdade humana à chamada democracia clássica e ao seu direito eleitoral universal e igualitário, com escolha entre vários candidatos e vários partidos. Este tipo de democracia foi criado pelo terceiro estado, pelos comerciantes, pelos artesãos, os empreendedores, para satisfazer as suas necessidades, no momento em que atingiram a liberdade na sua actuação; exprimiram assim politicamente o seu «direito natural». Mas esta democracia não pode ser o meio de libertar uma sociedade privada da liberdade, ou os estratos desta sociedade que estão privados de liberdade; não pode ser o meio de obter para si própria a liberdade de decisão.

Para os homens privados de liberdade, a democracia clássica limita-se a facultar-lhe a escolha entre possibilidades preparadas para eles por outrem; esta democracia política não garante nem pode garantir que eles criem essas possibilidades. Também a democracia se reduz a uma ficção legal; não é o poder do povo, mas uma expressão histórica do poder das classes livres numa sociedade privada de liberdade e, com a perda progressiva da liberdade no interior desta sociedade, ela passa necessariamente à ditadura camuflada ou declarada.

O poder real do povo só pode começar onde aqueles que estiveram até agora privados de liberdade e habituados a decisões vindas do exterior tomem consciência da sua liberdade interior e comecem a decidir eles próprios sobre as questões fundamentais da sua existência privada e social. Isso passou-se connosco o ano passado em Julho, após a Carta de Varsóvia (2). Até aí, a maioria das pessoas não se interessava pela assuntos públicos. Os anos do socialismo imaginado e realizado de maneira autoritária, após 1948, foram precisamente marcados pela apatia, pela fuga na vida privada e na impotência confessada que a caracteriza. O estrato livre e politicamente decisivo era composto pelos que governavam, usando de meios de coacção diversos, e pelos que podiam agir sobre o pensamento das pessoas, os escritores, os publicistas. As contradições que aparecem progressivamente neste grupo e que desencadearam nos fins de 1968 um brusco conflito, deram às pessoas a possibilidade de escolher de novo entre muitas variantes de poder, e começou-se efectivamente a falar dum retorno à democracia clássica e ao «pluralismo». Na Primavera de 1968, as camadas intelectuais, em especial os estudantes, tornaram-se mais activos, enquanto a maioria decisiva da população urbana, que o processo de trabalho organiza por si próprio em grupos poderosos — os operários de fábrica —, olhava o que se passava com uma atenção crescente, mas sempre com desconfiança e uma

certa distância. Tratava-se uma vez mais de um jogo político dos senhores e os outros não podiam escolher senão, como sempre, entre as possibilidades que este mesmo grupo dirigente criava ou adquiria pela luta.

Mas a partir deste mês de Julho, um dado novo começava a aparecer. As pessoas compreenderam que a partir de agora não podiam contar senão consigo próprias. As tarefas a desempenhar estavam muito além das forças dos políticos, dos escritores, dos publicistas. Os que ainda pensam que as pessoas eram e são enganadas pelos «meios de informação», ou que são vítimas de conluios de intelectuais, de «traficantes» e que as coisas que dizem respeito a todos devem continuar a ser decididas unicamente pelos pequenos grupos de poder dos políticos, dos escritores e dos jornalistas, deixaram de estar ao corrente do que se passa neste país. Em meados de Julho, as pessoas decidiram tomar conta da situação, e escolher o seu destino, com todos os riscos daí decorrentes. Deixaram de prestar atenção às teorias, às lições e aos avisos dos especialistas políticos, e deixaram de apostar nas sugestões dos «meios de informação». Muito simplesmente, só estão prontos a aceitar como seus representantes aqueles que exprimem as suas opiniões e ideias, e só enquanto o fizerem. Espantam-se alguns dos nossos velhos políticos, zangam-se outros, mas não há nada a fazer. Vivemos, desde Julho do ano passado, entre um povo livre.

VI

A Constituição dos Conselhos operários é uma consequência necessária desta tomada de consciência da liberdade. Pensam alguns economistas que os Conselhos devem ser uma espécie de transição entre o velho e o novo método de gestão, entre a gestão política não qualificada e a gestão qualificada e não política, tecnocrática. Mas os Conselhos operários são a expressão de uma necessidade que entende dirigir o poder sobre a produção noutra direcção; não para o estado ideal em que técnicos e economistas tomariam decisões com perfeito conhecimento dos processos de produção e nos libertariam das preocupações, tal como os políticos, com base em estudos teóricos e práticos dos processos históricos, sociais e políticos, queriam e querem ainda também libertar-nos de preocupações. Desejam-nos uns e outros uma calma longe de todas as preocupações onde poderíamos disfrutar dos pequenos prazeres da vida privada e nada mais. Seríamos em tudo o mais objecto das suas decisões de especialistas. Estes profissionais da arte de governar têm todos uma profunda desconfiança em relação ao **poder operário**, e com razão. Se os operários decidem tomar as rédeas da produção, é porque não querem continuar a ser uma

simples componente no processo de produção, mas ser os criadores dele: quer isto dizer que querem substituir o princípio da gestão objectiva da produção pela subjectivação da produção. É o grande ajuste de contas com o princípio secular do estado de espírito europeu; isto significa uma reconstrução em profundidade da sociedade, a liquidação da tradição de passividade e a também consequente destruição da organização habitual; é **uma forma concreta da revolução** que abre caminho a um género completamente diferente do que podemos imaginar hoje e a que se pode chamar democracia ou governo do povo, porque já não é um governo: deixa de haver quem governe. Também já não há lugar para a política tradicional.

É um caminho para o desconhecido, mas é sem dúvida a única maneira de suprimir este fatal corte em dois de existência, que é a causa da paralisia progressiva na cultura europeia. Os operários procuram hoje, no seu esforço para se libertarem, aliarem-se aos estudantes, aos escritores, aos intelectuais. Não o fazem apenas por razões estratégicas; procuram o sentido da sua liberdade. Da mesma forma que seria também natural ver os sábios, os artistas, os escritores, os estudantes procurarem proteger-se e proteger o seu trabalho na zona livre do povo em que vivem e, particularmente, na vida livre dos operários.

A história é incomodativa, e não sabemos o que será o futuro. Muitos esqueceram já as frases do Programa de Acção do PCC de Abril (1968), que apontavam a insuficiência de todos os esquemas inventados. «Na hora actual, cabe-nos a tarefa de (nos) abriremos o caminho no desconhecido de experimentar, de dar ao desenvolvimento socialista uma forma nova...» (3) Tal como os soviets em Fevereiro de 1917, os Conselhos dos Operários aparecem de novo espontaneamente a partir de algo que se parece muito com a necessidade histórica, e que se situa também no exterior de todos os esquemas e teorias. Antigamente, no princípio da Revolução Russa, os socialistas-revolucionários, e os menchiviques, estavam na direcção dos soviets; mas foram os bolcheviques que compreenderam o seu significado: lançaram o slogan «Todo o poder aos soviets» e venceram em poucos meses. Vieram depois os anos do comunismo de guerra e as coisas tomaram outro rumo. Hoje os políticos aconselham prudência. E no entanto tudo nos incita a repetir ingenuamente o velho slogan «todo o poder aos soviets». Todo o poder aos Conselhos dos operários, dos camponeses, dos jovens, dos intelectuais.

Como se tivéssemos o direito, uma vez mais, de abrir nas primeiras páginas o livro de leituras da revolução e pudéssemos aspirar uma vez mais, após todas as decepções e todos os desesperos, à liberdade neste mundo. ■



O general Svoboda e Alexandre Dubcek

(3) De acordo com o texto da versão francesa oficial, o Programa de Acção do Partido Comunista da Checoslováquia, Praga, CTK, Abril de 1968, pág. 95, p. 93.

CONSELHOS DOS TRABALHADORES OU CONSELHOS DOS DIRECTORES ?

RUDOLF SLANSKY

NOTAS DE UM
OBSERVADOR
NADA IMPARCIAL

Passados os primeiros dias do seu nascimento, todo o governo atravessa um período durante o qual deve pôr em execução o programa com que se apresentou ao povo.

Foi para isso que o Primerio Ministro do governo checo, o eng. S. Razl, se encontrou com directores de empresas checas a fim de lhes dar a conhecer a opinião do governo em relação ao **projecto de lei sobre a empresa socialista** e para ouvir as suas opiniões.

Não houve com certeza projecto-lei que tenha provocado tanto interesse durante a sua elaboração, nem que tenha sido formulado de maneira tão pública. Poucas discussões mobilizaram tantas opiniões.

O que é compreensível. Quando em Janeiro de 1968 fizemos o inventário nacional, ficámos aterrorizados com a herança dos últimos vinte anos. Verificámos que o modelo burocrático-administrativo do socialismo tinha deixado sem solução inúmeros problemas fundamentais que, compreendemo-lo, só poderiam ser resolvidos através de transformações fundamentais dos mecanismos de funcionamento da nossa sociedade.

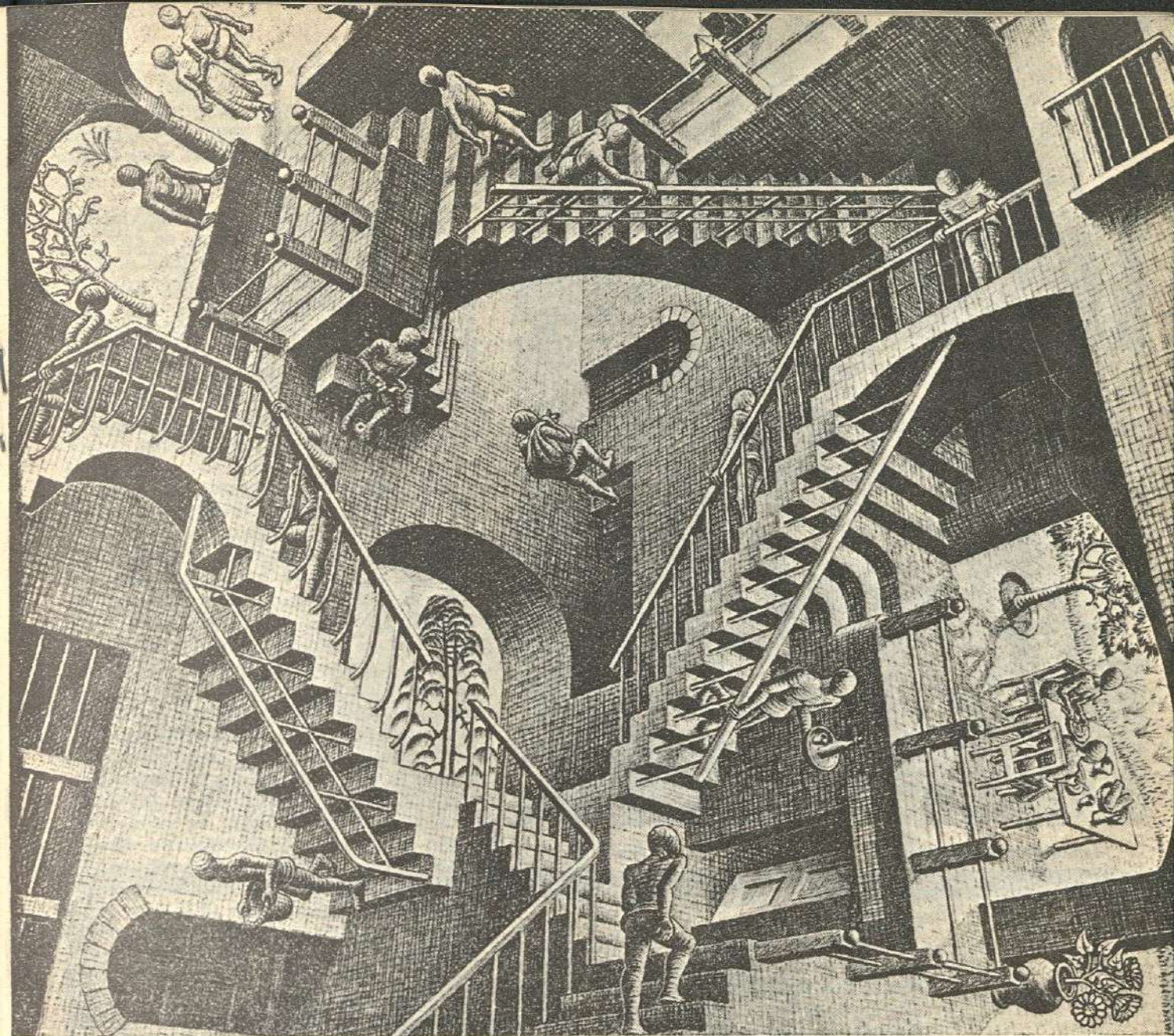
A gestão da economia nacional constitui um dos problemas cruciais. O princípio económico fundamental sobre o qual assenta o mecanismo da gestão burocrático-centralista é a execução directa das funções de proprietário da indústria nacionalizada. O Estado, ou mais precisamente, diversos órgãos centrais do Estado, chamaram a si esta tarefa. É quase inútil lembrar que uma das principais lições do marxismo nos diz que **o detentor da propriedade é o detentor do poder**. Como o Estado não é nada de abstracto, e, em nome do Estado, agem homens concretos, quer os que constituem o aparelho de

Estado, quer os que são colocados por esse aparelho de Estado em funções dirigentes, é por isso natural que esse aparelho de Estado, que monopoliza a função de proprietário dos bens nacionalizados, tenha também o **monopólio do poder**.

O único meio possível para transformar o modelo burocrático-administrativo da nossa sociedade socialista num modelo democrático é o de **suprimir o monopólio do aparelho de Estado** sobre as funções de proprietário, e de o descentralizar em direcção àqueles cujos interesses constituem o objectivo do funcionamento da empresa socialista: em direcção **aos colectivos dos trabalhadores** nas empresas.

O projecto de lei sobre a empresa socialista, que foi elaborado por uma comissão do governo federal especializada, partiu precisamente do princípio da descentralização no exercício das funções de proprietário. É esta a razão por que o projecto de lei teve tanta aceitação por parte dos trabalhadores, que se manifestaram através de uma série de federações sindicais ou de organizações de base do ROH (Movimento Sindical Revolucionário), dos Conselhos de trabalhadores ou de outras organizações. Por isso também provocou a oposição de uma parte dos trabalhadores do aparelho de Estado, e de uma série de directores de empresa por eles colocados, que se aperceberam que a lei lhes retirava os fundamentos do seu **poder monopolista**. *objeções dos directores*

Na discussão sobre a lei, essas pessoas gostam de recorrer à confusão dos conceitos. Dizem, por exemplo, que a lei representaria a transformação da propriedade social global numa propriedade de grupo, embora seja claro que não se trata de propriedade, mas de saber quem exerce



os direitos de proprietário, em nome de toda a sociedade e por toda a sociedade, se é o aparelho de Estado ou directamente os produtores socialistas, os **colectivos** das empresas. Dizem também que, se se chegasse à separação entre as empresas e o Estado, deixaria de poder garantir-se o respeito pelos interesses sociais globais e o desenvolvimento harmonioso de toda a sociedade. A prática dos últimos vinte anos mostrou-nos porém, claramente, com os seus resultados, que o aparelho de Estado não é capaz de gerir todas as empresas checas, porque não dispõe de informações bastantes, mas também porque o interesse do aparelho de Estado e o interesse do colectivo de empresa não são idênticos.

Uma outra objecção fundamental consiste em dizer que os colectivos das empresas não podem gerir as empresas e que estas não podem ser geridas senão por uma direcção especializada. Trata-se aqui, uma vez mais, de uma confusão dos conceitos. É claro que não se põe a questão

de os Conselhos de empresa dirigirem a empresa, mas de saber no interesse de quem vai a direcção especializada — os empresários — dirigir a empresa, se no interesse do aparelho de Estado ou do colectivo das empresas. E, mesmo se no mundo capitalista os proprietários confiam precisamente, e cada vez mais, a direcção das empresas a empresários, não lhes confiam nunca direitos de propriedade, ou seja a decisão sobre a escolha e a nomeação do director, a escolha em matéria de distribuição dos lucros, a aprovação do conceito de desenvolvimento da empresa, todos os direitos afinal que sempre e em todo o lado pertencem ao proprietário do capital ou a quem desempenha essa função.

Estava curioso de saber qual seria a atitude do governo checo em relação a esta lei. Na declaração «inicial» prometeu não governar de maneira burocrática-administrativa. Pensei então que defenderia o projecto de lei que limita institucional-

**O DETENTOR
DA PROPRIEDADE
É O DETENTOR
DO PODER**



Levantamento popular em Berlim-Este — 17 de Junho de 1953

O SISTEMA DE GESTÃO BUROCRÁTICO-ADMINISTRATIVO

mente a possibilidade de uma tal forma de governo.

Infelizmente, assim não aconteceu. O chefe do governo, no discurso para a conferência dos directores de empresa, e, mais ainda, o governo, na resolução escrita, defenderam que os Conselhos de empresa deviam exercer uma simples função de controle, e não uma função decorrente dos direitos de propriedade. De facto, deixam ao aparelho de Estado os direitos de propriedade. Esta verificação decorre do texto da resolução do governo checo. A resolução propõe as seguintes transformações fundamentais de acordo com a lei:

1. O Conselho de empresa nomeia o director, mas unicamente com base numa proposta apresentada por uma comissão constituída por número igual de representantes do Conselho de empresa, do fundador (Estado) e da associação de interesses do ramo (ou seja, segundo o actual conceito da organização, os empresários). É importante sublinhar que um director não pode ser nomeado contra a vontade do Estado.

2. A representação dos membros exteriores junto do Conselho de empresa não é limitada. Nada garante ao colectivo dos trabalhadores da empresa a maioria no Conselho. Além disso, o próprio director pode ser membro do Conselho.

3. O fundador pode anular uma decisão do Conselho se esta puser em risco o capital (da empresa). A formulação tão «elástica» deste artigo confere ao Estado o direito de anular qualquer decisão do Conselho.

4. O Estado tem o direito de vincular a atribuição de empréstimos, de créditos, de subsídios, etc., à adesão do Conselho de empresa aos grupos de integração que o aparelho de Estado considere adequados. Desta forma se acaba na prática com o direito dos Conselhos de empresa a um agrupamento de empresas considerado como o mais rentável para elas próprias.

A resolução do governo representa de facto uma tentativa de **conservação**, no seu mecanismo fundamental, do sistema de gestão burocrático-administrativo. Pafece que, por falta de experiências pessoais, os novos ministros se viram obrigados a recorrer à velha receita de A. Novotny, que se traduzia sempre na criação de uma nova instituição de controle, de cada vez que não podia ou não queria resolver um problema. Formou-se um ministério do controle e um controle popular; o partido, os sindicatos tinham uma função de controle, controlava-se o controle, mas não se resolvia nenhum problema fundamental, porquanto a causa das insuficiências, o sistema social, permanecia a mesma. Por isso o conceito dos Conselhos de Trabalhadores, enquanto órgão de «controle», e não como órgão de **exercício dos direitos** de propriedade está logo à partida condenado ao insucesso. É bem conhecida a experiência polaca. Estou já a ouvir dizer que não se trata de impedir os conselhos de empresa de exercer uma gestão democrática, mas de actuar de forma a que a partilhem com o Estado. Só que o Estado na situação actual pode partilhar a gestão da empresa com o colectivo, como um Rockefeller partilha a gestão da **Standard Oil** com um empregado que possui uma ou várias acções populares; o que só pode ser uma relação desigual entre dois sócios desiguais. Não me surpreenderam os pontos de vista dos directores tal como foram apresentados na Conferência. Continham certamente muitos elementos preciosos, muitos pontos de vista que apoiavam o projecto de lei, mas o tom geral era negativo. Pode-se em certa medida explicá-lo por um mal entendido, mas a atitude deles tinha também um fundamento real.

Quanto a mim, os mal entendidos são característicos de uma série de pontos de vista dos directores: receiam que os Conselhos de empresa intervenham de maneira não qualificada na sua esfera de competência, na direcção das empresas e no exercício da função de empreendedores. Para os Conselhos não se trata de elaborar a concepção de empresa, de elaborar propostas sobre a divisão dos lucros, propostas relativos aos investimentos, etc... mas de decidir a partir das suas posições e

daquelas que **exercem os direitos** de propriedade — se as propostas que lhe são submetidas garantem o interesse do desenvolvimento da empresa e os interesses dos empregados, ou se estão em contradição com esses interesses, e poder assim impôr a sua opinião. Porque só quem decide acerca dos problemas pode ser responsável pelas consequências de tal decisão. Não serão só o director ou os membros do Conselho da empresa a sofrer essas consequências, longe disso, — a sua capacidade financeira não pode nunca fazer face às consequências de eventuais decisões erradas, — mas todo o colectivo da empresa. Acontece com muitos directores que a causa real da sua atitude está em que o critério fundamental para o exercício da função de director, no antigo sistema administrativo, não era a capacidade de empreendimento — o que era aliás criticável — mas a capacidade de executar, e de impôr as ordens do poder central, sem ter em consideração o que isso poderia significar para o desenvolvimento das empresas. Por isso muita gente pedia para o director ser nomeado pelo Estado, afirmando que os Conselhos só podem fazer uma política complacente, não sendo capazes de assegurar os interesses do Estado. Por isso também se levantaram vozes a favor das formas ultrapassadas do trabalho, as do Partido dentro das empresas. Por isso se sentia, por detrás de uma série

de intervenções, medo de empreender, medo de tomar decisões que não se baseavam nas ordens centrais, e medo de intervir no colectivo da empresa para defender aí conceitos elaborados independentemente do exterior. — Não era com certeza esta a opinião de todos o directores. Enre os 1200 participantes da conferência só uns vinte usaram da palavra. O essencial das intervenções referia-se ao projecto de lei, porquanto as participantes só tomaram conhecimento da resolução do governo durante a reunião.

Tenho a impressão de que, após um estudo atento da resolução do Governo, a maioria se aperceberá das consequências que esta resolução acarretará para as empresas.

Ninguém quer voltar à situação anterior a Janeiro de 1968, e esforçamo-nos por impôr as garantias institucionais que impediriam um tal regresso. A **lei sobre a empresa socialista** é uma delas. A atitude do Governo Checo está em contradição com a opinião da maioria dos trabalhadores das nossas empresas. Estou persuadido de que o Governo que ouviu o ponto de vista dos directores, ouvirá também os representantes dos Sindicatos e dos Conselhos de trabalhadores, e formulará a sua decisão final tendo em conta as opiniões deles. Se não fosse assim, assistiríamos a um grave divórcio entre o seu programa e os seus actos. ■

Tradução de Isabel Colaço

C. Oper. devem ser órgãos de exercício do direito de propriedade e há muitos órgãos de controlo sobre os 'directores'

SEARA NOVA



- A revista de maior tradição na vida intelectual e política portuguesa dos últimos 60 anos.
- Uma presença activa no panorama cultural e no debate das ideias.
- Uma revista de crítica, actualidade e divulgação científica e pedagógica.

AS ALTERAÇÕES

JOSÉ LAMEGO (*)

CÓDIGO CIVIL
E CONSTITUIÇÃO

1. O n.º 3 do artigo 293.º da Constituição da República Portuguesa dispõe que «a adaptação das normas anteriores atinentes ao exercício de direitos, liberdades e garantias consignadas na Constituição estará concluída até ao fim da primeira sessão legislativa» — ou seja, até 15 de Junho de 1977 (CRP, artigos 177.º, n.º 1 e 299.º, n.º 1).

E, sendo os preceitos constitucionais respeitantes a direitos, liberdades e garantias directamente aplicáveis (CRP, art.º 18.º, n.º 1), necessário se tornava uma rápida intervenção do legislador ordinário a fim de que a caducidade de certas normas, por contrárias à Constituição, não criasse uma série de espaços em branco dentro do ordenamento jurídico vigente.

2. É em cumprimento do imperativo constitucional dimanante do n.º 3 do art.º 293.º que o Decreto-Lei n.º 496/77 de 25 de Novembro (que nos termos do seu artigo 176.º entrou em vigor em 1 de Abril de 1978) procede à adaptação das normas do Código Civil atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias, introduzindo outras alterações que se pretende apontem já para a «adequação global do Código Civil à filosofia e à doutrina político-social dimanante da Constituição», tarefa que a comissão de revisão se atribuiu para uma segunda fase dos trabalhos. Desde já, no entanto, se deve considerar que a Constituição modela todo o Direito Civil, uma vez que os princípios gerais de todos os ramos do Direito serão os que se infiram da Constituição, norma fundamental que procede à recriação do ordenamento jurídico no seu conjunto.

3. É em torno destas alterações que se pretende fazer um breve comentário. Muito sumariamente, a enumeração das modificações da Parte Geral, do Direito das Obrigações e do Direito das Coisas para se ver mais em detalhe o Direito da Família e o das Sucessões, os quais costumam ser mais afectados por alterações de ordem político-constitucional.

4. O Direito das Obrigações, supondo relações entre sujeitos absolutamente livres e autónomos e composto fundamentalmente de normas supletivas, refere-se directamente ao processo de produção e circulação de mercadorias, pelo que a sua estabilidade não necessita de ser afectada por alterações superestruturais. As pequenas modificações aqui verificadas resultam de considerações exteriores aos mecanismos do Direito das Obrigações, nomeada-

mente as novas concepções de família. Apenas a disciplina do contrato de arrendamento tem vindo a sofrer alterações, mas não sendo a sua mobilidade própria a que consagrasse já no Código novos princípios que dominam a disciplina desse contrato.

5. O Direito das Coisas manteve-se praticamente inalterado (à excepção de um artigo). Apesar das substanciais alterações da estrutura da propriedade no post-25 de Abril (a partir de 11 de Março, quando se inicia sistematicamente o movimento das nacionalizações) a existência de um importante sector público e cooperativo não se projectou na disciplina dos Direitos Reais. O que seria difícil, sabendo que as categorias do Direito Civil têm dificuldade em captar os fenómenos posteriores ao capitalismo de livre concorrência, deixando campo aberto a outros direitos mais prospectivos (v. g. Direito Económico). E talvez também se pense que as alterações da estrutura da propriedade se revistam de um certo carácter de transitoriedade insusceptível de as consagrar num diploma de tamanha estabilidade como o Código Civil...

6. No que respeita à Parte Geral sublinhe-se a antecipação da maioridade para os 18 anos (art. 122.º e seguintes). Solução natural, atendendo a que é de 18 anos a idade fixada para aquisição da capacidade eleitoral, conforme às soluções consagradas na generalidade dos países europeus. Desta antecipação resultam alterações no que se refere à emancipação, sendo hoje único facto constitutivo de emancipação o casamento.

Outras alterações respeitam às disposições de direito intrnacional privado (artigos 52.º, 53.º, n.º 2 e 56.º a 61.º) em relação às quais se tenta fazer desaparecer (como aliás resulta da Constituição) qualquer discriminação entre marido e mulher (CRP, sobretudo art.º 36.º, n.º 3) ou em relação aos filhos nascidos fora do casamento (CRP, art.º 36.º, n.º 4).

Particularmente importante é a nova disciplina das associações. O reconhecimento do direito político de associação posteriormente ao 25 de Abril e consignado no art.º 46.º da CRP e no CL n.º 594/74 de 7 de Novembro tem grande projecção na disciplina das associações. Estas passam a adquirir personalidade jurídica, independentemente de qualquer autorização ou reconhecimento de autoridade administrativa, pela sua constituição por escritura pública (art.º 158.º do Código Civil). Ou-

AO CÓDIGO CIVIL



Cartoon de Leonel Moura

tras alterações neste capítulo fundamentam-se na mesma ideia de não interferência da autoridade administrativa na vida das associações. Regime bem diferente era o que vigorava antes do 25 de Abril em que o DL n.º 39 660 de 20 de Maio de 1954 inutilizara a hipócrita afirmação de liberdade de associação constante da Constituição de 1933, no seu

art.º 8.º, n.º 14. E com o DL 520/71 de 24 de Novembro que conduziu ao encerramento das cooperativas de carácter cultural, impedindo a sua livre constituição e reconhecimento como até então (e logicamente, visto tratar-se de sociedade comerciais) e passando a submetê-las aos poderes do governador civil e ministro do Interior. A luta que então se travou, ainda

recente e na memória de todos, veio pôr fim a qualquer ilusão de liberalização do regime fascista.

Ainda neste capítulo se revoga o art.º 161.º, sobrevivência remota das leis de desamortização de Mouzinho da Silveira e das lutas entre a ordem feudal e a burguesa-liberal, e que se traduzia ainda um sentimento de desconfiança com que os poderes públicos olhavam as associações.

7. Mas foi no Direito da Família que a adequação aos preceitos constitucionais acarretou alterações mais profundas. A proclamação da igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, nomeadamente no que toca à manutenção e educação dos filhos (CRP, art.º 36.º, m.º 3) e o princípio de que os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação (CRP, art.º 36.º, n.º 4) determinaram as alterações de grande parte da disciplina do casamento e de praticamente toda a disciplina da filiação.

As soluções agora consagradas vão na linha de posições que na última década têm influido nos sistemas jurídicos de quase todos os países europeus no sentido de acolher novas concepções de família, destruindo a concepção autoritária, hierarquizada e fortemente retrógada que assentava no poder marital.

Da Constituição resulta um estatuto de muito maior dignidade para a mulher (cfr. artigos 13.º, n.º 2, 36.º, n.º 3, 52.º c), 67.º, b) e d), e 68.º). O que irá ter neste domínio do Direito da Família repercussões importantes que seria difícil enumerar na totalidade.

Neste momento as alterações ao Código Civil são objecto de contestação por variadas forças: dentro da coligação governamental são ponto de fricção entre o CDS e o ministro da Justiça, tendo aquele partido anunciado já a sua demarcação e posição crítica em relação a estas alterações, tendo constituído mesmo um grupo de reflexão e análise das alterações ao Direito da Família. Demarcação que pode render os seus juro eleitorais em 1980...

A Igreja Católica organiza também a contestação a estas reformas, considerando como principais pontos negativos da nova regulamentação o que diz ser:

a) uma larga facilitação do divórcio, nomeadamente com a introdução de uma cláusula geral em vez da anterior técnica da tipicidade das causas do divórcio;

b) o enfraquecimento do vínculo da filiação procedente do casamento;

c) o art.º 2020.º, sob a epígrafe «União de Facto», e que é um dos que mais celeuma tem levantado. A Igreja Católica considera-o como «tutela jurídica do concubinato». No semanário *Expresso*, na rubrica «Temperatura do país», o legislador que alterou o Código Civil é considerado «delirante». Certo tipo de publicações espalha que «a partir de 1 de Abril de 1978 a esposa pode ser obrigada a sustentar as

amantes do marido»!!!... Refinamento de linguagem e códigos morais abertos, como se vê...

E contudo:

a) nem o regime do divórcio foi agora substancialmente alterado; a introdução de uma cláusula geral relativamente ao divórcio litigioso (art.º 1779.º) assinala uma concepção de divórcio que é a da constatação de um casamento falhado e do remédio para essa situação sem o carácter de sanção a que concepções retrógradas ligam o divórcio. A anterior técnica de tipicidade das causas do divórcio associava a este uma ideia de tipo punitivo, algo semelhante ao direito criminal onde tem de haver tipificação do ilícito.

b) a concepção de família que subjaz ao Código é, não a de uma família autoritária e hierarquizada, patriarcal e semi-feudal, mas a de uma família democratizada, assente na cooperação e igualdade de direitos e deveres.

c) o facto de no art.º 2020.º se conceder àquele que, no momento da morte da pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens, vivia com ela há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges, se conceder o direito de exigir alimentos da herança do falecido (se os não puder obter do seu cônjuge, ex-cônjuge, descendentes, ascendentes ou irmãos) é apenas uma protecção mínima ao companheiro que resta de uma união de facto, com características de estabilidade e durabilidade.

O legislador afirmou-se a este respeito «intencionalmente pouco arrojado» a fim de não estimular as uniões de facto. Este esboço de protecção ficou muito aquém do que muitos sectores de opinião e mesmo partidos políticos defendiam. Mas prudência ao que parece insuficiente... já que estas disposições afrontam os tão sublimes sentimentos de tão pacatos cidadãos e zelosas instituições, todos com uma incontida vocaçãozinha para polícias de costumes...

Mas o dizer-se que «a esposa pode ser obrigada a sustentar as amantes do marido» (cfr. revista *Pessoas*, número de Maio, e «opinião» idêntica referida na citada rubrica do semanário *Expresso*), descontando a grosseria de linguagem, não tem o menor fundamento: só o companheiro da pessoa não casada pode pedir alimentos. O companheiro da pessoa separada judicialmente de pessoas e bens não receberá alimentos do cônjuge desta, porque o cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens não é herdeiro, como resulta do n.º 3 do art.º 2133.º do Código Civil. Resta dizer que os alimentos podem ser pedidos à herança e não propriamente aos herdeiros, sobre os quais não impende obrigação de alimentos.

De qualquer modo impunha-se uma total reformulação do Direito da Família

QUE A REVOLUÇÃO SERÁ TOTAL





onde eram, na reacção do Código Civil de 1966, veiculadas as mais reaccionárias concepções da família, em claro retrocesso em relação às leis da 1.ª República.

8. No que respeita ao Direito das Sucessões houve também significativas alterações. Não só na supressão das contradições entre a Constituição e o Código Civil, eliminando-se a relevância sucessória da discriminação entre parentes legítimos e ilegítimos ou a preponderância do sexo masculino nas regras de atribuição da administração da herança.

Mas e o que é mais importante, tentou-se adequar o regime contido no Código às orientações que animam toda a Constituição, e que reflectem uma nova visão da família e sua inserção na sociedade. Nomeadamente a equiparação em dignidade do vínculo conjugal ao parentesco fundado no sangue. O que conduz a uma maior tutela sucessória do cônjuge sobrevivente: valorizando a sua posição na escala sucessória — anteriormente só sucedia não tendo o falecido descendentes, ascendentes, irmãos e seus descendentes; hoje concorre a par dos descendentes, ou não os havendo, a par dos ascendentes; faltando uns e outros cabe-lhe a totalidade da herança. A solução da atribuição ao cônjuge sobrevivente de uma quota da propriedade em herança (que nunca pode ser inferior a um quarto desta — art.º 2139.º, n.º 1) em detrimento da solução de usufruto da herança vem na mesma linha de pensamento. Pontos polémicos e já criticados por con-

duzirem a uma «pulverização da propriedade». Aqui a questão é posta com maior crueza...

Concluindo:

Apesar das soluções consagradas não serem substancialmente diferentes das adoptadas na generalidade das legislações dos países da Europa Ocidental, a polémica foi já trazida para dentro das portas do Direito Civil, disciplina que se costuma querer fora e acima de toda a luta política, isenção que é, aliás, condição do seu funcionamento ideológico. E os termos com que a polémica está a ser revestida deixam ver que não se trata propriamente de uma tentativa de democratização das leis e do direito, submetendo-se ao esclarecimento e livre crítica populares...

Descontando as possivelmente muito fortes razões de certos paladinos da família e da propriedade, parece que é ultimamente sina dos textos legislativos converterem-se em motivos privilegiados da luta política. Universos de batalhas fundamentalmente imaginárias. É assim com a Constituição, é-o também agora com o Código Civil. Para além das questões reais, as inventadas. A exploração sem escrúpulos de preconceitos. E a mobilização do irracional colectivo: o catastrofismo resultante de uma pretensa derrocada de valores. O que rende juros políticos. E muito fortes. ■

(*) Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa.

UMA NOVA VISÃO DA FAMÍLIA

PIAGET E A DIALÉCTICA MARXISTA

FILIFE ARRIAGA DE CASTRO

1. O MODO DE ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE PIAGET E MARX

Não é possível falar da relação entre a obra de Piaget e o marxismo sem referir Lucien Goldmann. A sua chamada de atenção para o reencontro entre a psicologia da inteligência de Piaget e o materialismo dialéctico remonta, que tenhamos conhecimento, à publicação de *La Psychologie de l'Intelligence* (1), em 1947, e de *L'Introduction à l'Epistémologie génétique*, em 1950. Goldmann publica então dois artigos (2) nos quais sublinha a importância filosófica das conclusões de Piaget e defende a ideia de que a convergência entre Marx e Piaget abre possibilidades de desenvolvimento duma ciência geral do homem, a partir da utilização duma mesma «teoria dinâmica da unidade entre sujeito e objecto» nos vários ramos disciplinares.

Desde já deve notar-se que a relação entre a psicologia de Piaget e o marxismo é necessariamente diferente daquela que pode ser estabelecida com a linguística, a sociologia, a biologia, a física ou a matemática. Isto porque o marxismo não é a ciência da história ou da sociedade, mas é uma teoria que, a partir dum esforço de conhecimento científico da história e da sociedade, foi capaz de estabelecer categorias explicativas gerais que fundam uma filosofia dialéctica: o **materialismo dialéctico**. Deste modo, o materialismo dialéctico não é um sistema construído a partir dum conjunto de princípios filosóficos a priori, como julgam as interpretações que reduzem a sua formação a um trabalho de síntese operado por Marx entre o materialismo mecanicista do século XVIII e o idealismo alemão. Embora o marxismo se situe criticamente em relação a essas correntes filosóficas, constituiu-se essencialmente como teoria da intervenção histórica duma classe social particular. O marxismo assume essa ligação a um factor integrante do objecto que pretende estudar, reconhecendo à partida a própria condição do conhecimento no domínio das ciências humanas e sociais: a **identidade (parcial) entre sujeito e objecto do conhecimento**. Daí a sua superioridade teórica em relação quer ao **positivismo**, que postula a separação radical entre sujeito e objecto do conhecimento, quer em relação ao **relativismo** que, embora admitindo a inevitabilidade da ligação entre sujeito e objecto, considera essa ligação como uma interfe-

rência negativa na actividade do conhecimento. Poderíamos dizer que o marxismo é uma filosofia dialéctica constituída a partir duma abordagem da realidade histórica, social e cultural que, tendo em conta a identidade do sujeito e do objecto, não separa a **teoria da prática** nem os **juízos de facto dos juízos de valor**.

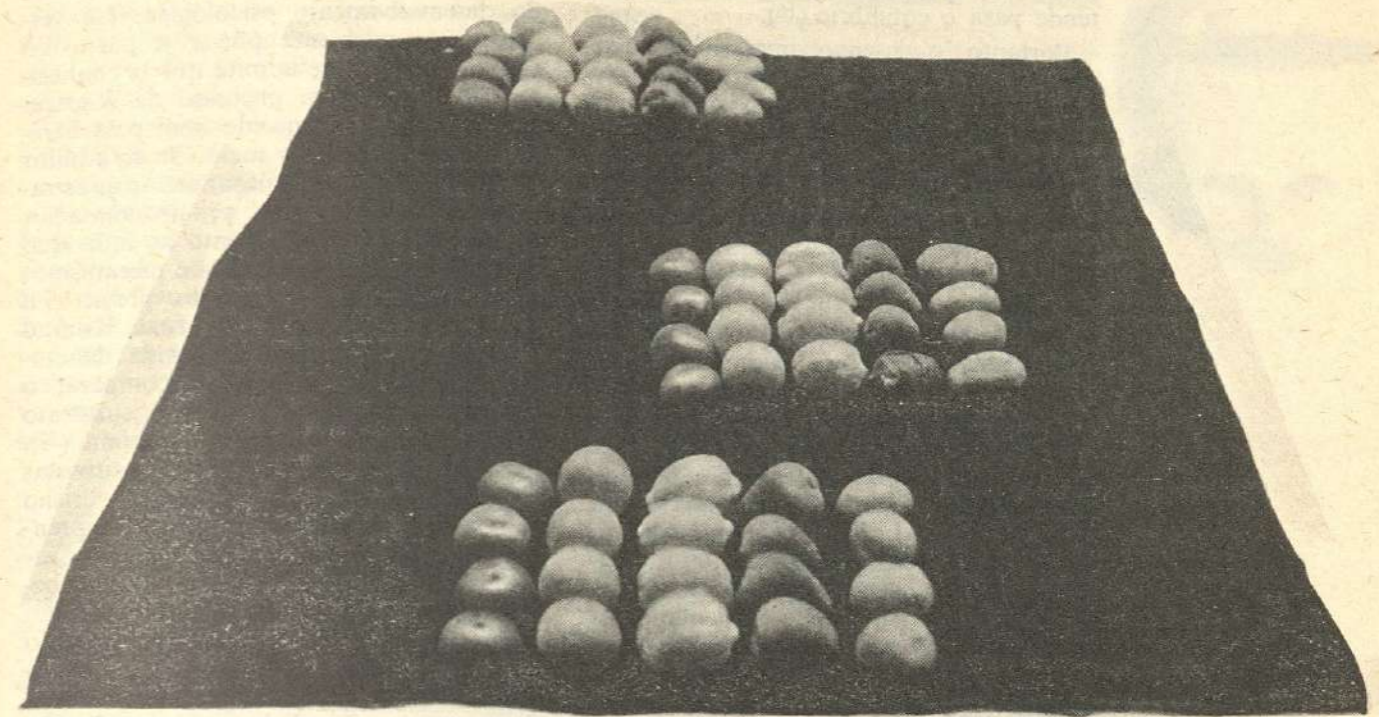
A não compreensão da natureza do marxismo compromete a abordagem das suas relações com uma disciplina científica como a psicologia de Piaget. Não sendo o marxismo uma ciência, essas relações não se esgotam numa simples interdisciplinaridade; não sendo também o marxismo um sistema filosófico a priorístico, não faz sentido afirmar que a psicologia de Piaget fornece a sua confirmação «laboratorial». Nesse erro cai Goldmann, quando escreve que «Piaget conseguiu provar dum modo positivo e experimental a justeza das posições do materialismo dialéctico» (4).

2. O ESTRUTURALISMO GENÉTICO DE PIAGET E O MARXISMO

1.1. — ESTRUTURALISMO GENÉTICO E PRÁTICA CIENTÍFICA

O trabalho de Piaget sobre psicologia da inteligência propõe-se explicar a origem e dinâmica das estruturas lógicas do pensamento. Através desse trabalho, Piaget chega à necessidade de conceber a indissociabilidade entre **gênese e estrutura**, colocando a hipótese dum **estruturalismo genético**. Segundo afirma, este estruturalismo genético surge naturalmente no campo da ciência, sendo característico do método científico e não do pensamento filosófico.

Compreende-se assim que Piaget critique Sartre por este pensar que a **análise dialéctica** pertence ao pensamento filosófico, enquanto o conhecimento científico estaria inevitavelmente ligado ao positivismo e ao seu método analítico (5). Pelo contrário, Piaget considera que «a construção de estruturas puras, ou seja, sem história e a fortiori sem gênese, sem função e sem relação com o sujeito, é fácil é fácil no terreno da filosofia, mas difícil no terreno da realidade verificável» (6). Quanto aos modernos estruturalistas, eles estão ao alcance da crítica que Piaget dirige aos «estruturalismos anti-históricos e anti-genéticos», que aliás não corresponderiam às tendências do estruturalismo em geral.



Structure — 1975, de Manuel Casimiro

Levi-Strauss admite a **estabilidade** do sistema da realidade, propondo uma análise estrutural sincrónica que subalterniza a análise dialéctica; a esta última caberia uma simples função de «progressão ou invenção», enquanto para a análise estrutural ficaria reservado «o essencial da verificação» (7). Em Foucault, Piaget denuncia a referência a estruturas que surgem «não se sabe bem porquê, numa história feita de caprichos que é designada por arqueologia» (8). A sucessão dos epistemas é aos olhos de Piaget inteiramente incompreensível, pois os epistemas não resultam uns dos outros por qualquer filiação genética ou histórica (9).

Lévi-Strauss e Foucault, como Barthes e Althusser, postulam a realidade da estrutura enquanto sistema acabado, esquecendo que a estrutura é essencialmente um feixe de transformações. Não há pois lugar para a questão: **qual o processo de passagem duma estrutura para outra?** Isto porque é negada a **dimensão histórica** qualquer valor para o conhecimento. Ora, na perspectiva do estruturalismo genético, a compreensão da estrutura é inseparável da explicação da sua gênese. A única possibilidade de conhecer a realidade é ter em conta não somente os sistemas acabados, mas igualmente o seu processo de estruturação. Uma dada estrutura não é independente da sua história; inversamente, a história deve ser entendida nas suas estruturas.

Assim, a análise estrutural é apenas um momento na abordagem da realidade, pois

não pode dar conta da realidade enquanto transformação em curso. O estruturalismo vale como um método de análise que tem de ser prolongado pela análise dialéctica. Neste ponto, Piaget está de acordo com Sartre, que na *Critique de la raison dialectique* mostra precisamente como a **razão analítica** (que acede a informações sobre o objecto inerte e fixo) está subordinada à **razão dialéctica** (10). Só a razão dialéctica pode captar o real como **produção histórica de estruturas**. Registemos este aviso final de Piaget: «O maior risco que ameaça o estruturalismo é fazer dele uma filosofia que postula a realidade da estrutura» (11).

2.1.1. — ORIGEM DAS ESTRUTURAS LÓGICO-MATEMÁTICAS

Quanto à origem das estruturas do pensamento, Piaget defende que, entre a sua **pré-formação absoluta** e a sua **invenção livre ou contingente**, há lugar para um processo de **construção** a partir das inter-relações desenvolvidas entre o indivíduo e o meio (12). De facto, só um modelo construtivista é capaz de dar conta da intervenção dos vários factores que as concepções clássicas apontam como estando implicados no desenvolvimento da inteligência: o **crescimento orgânico**, o **meio físico** e o **meio social** (13). A noção de estrutura é fundamental (14), permitindo superar a dicotomia inatismo-aquisição. As estruturas lógico-matemáticas são construídas, não

O MARX não é a C. de H.



PIAGET E A DIAL

FILIFE ARRIAGA DE CASTRO

1. O MODO DE ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE PIAGET E MARX

Não é possível falar da relação entre a obra de Piaget e o marxismo sem referir Lucien Goldmann. A sua chamada de atenção para o reencontro entre a psicologia da inteligência de Piaget e o materialismo dialéctico remonta, que tenhamos conhecimento, à publicação de *La Psychologie de l'Intelligence* (1), em 1947, e de *L'Introduction à l'Epistémologie génétique*, em 1950. Goldmann publica então dois artigos (2) nos quais sublinha a importância filosófica das conclusões de Piaget e defende a ideia de que a convergência entre Marx e Piaget abre possibilidades de desenvolvimento duma ciência geral do homem, a partir da utilização duma mesma «teoria dinâmica da unidade entre sujeito e objecto» nos vários ramos disciplinares.

Desde já deve notar-se que a relação entre a psicologia de Piaget e o marxismo é necessariamente diferente daquela que pode ser estabelecida com a linguística, a sociologia, a biologia, a física ou a matemática. Isto porque o marxismo não é a ciência da história ou da sociedade, mas é uma teoria que, a partir dum esforço de conhecimento científico da história e da sociedade, foi capaz de estabelecer categorias explicativas gerais que fundam uma filosofia dialéctica: o materialismo dialéctico. Deste modo, o materialismo dialéctico não é um sistema construído a partir dum conjunto de princípios filosóficos a priori, como julgam as interpretações que reduzem a sua formação a um trabalho de síntese operado por Marx entre o materialismo mecanicista do século XVIII e o idealismo alemão. Embora o marxismo se situe criticamente em relação a essas correntes filosóficas, constituiu-se essencialmente como teoria da intervenção histórica duma classe social particular. O marxismo assume essa ligação a um factor integrante do objecto que pretende estudar, reconhecendo à partida a própria condição do conhecimento no domínio das ciências humanas e sociais: a identidade (parcial) entre sujeito e objecto do conhecimento. Daí a sua superioridade teórica em relação quer ao positivismo, que postula a separação radical entre sujeito e objecto do conhecimento, quer em relação ao relativismo que, embora admitindo a inevitabilidade da ligação entre sujeito e objecto, considera essa ligação como uma interfe-

rência negativa na actividade do conhecimento. Poderíamos dizer que o marxismo é uma filosofia dialéctica constituída a partir duma abordagem da realidade histórica, social e cultural que, tendo em conta a identidade do sujeito e do objecto, não separa a teoria da prática nem os juízos de facto dos juízos de valor.

A não compreensão da natureza do marxismo compromete a abordagem das suas relações com uma disciplina científica como a psicologia de Piaget. Não sendo o marxismo uma ciência, essas relações não se esgotam numa simples interdisciplinaridade; não sendo também o marxismo um sistema filosófico a priori, não faz sentido afirmar que a psicologia de Piaget fornece a sua confirmação «laboratorial». Nesse erro cai Goldmann, quando escreve que «Piaget conseguiu provar dum modo positivo e experimental a justeza das posições do materialismo dialéctico» (4).

2. O ESTRUTURALISMO GENÉTICO DE PIAGET E O MARXISMO

1.1. — ESTRUTURALISMO GENÉTICO E PRÁTICA CIENTÍFICA

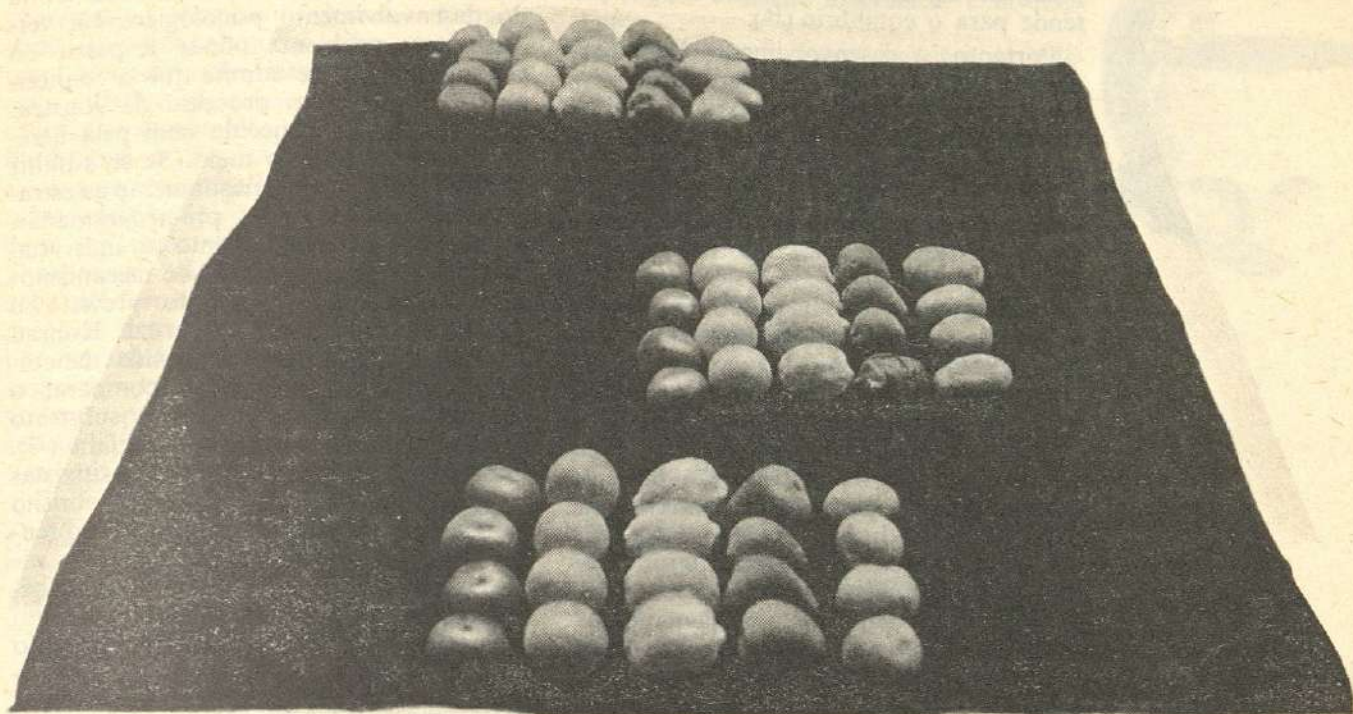
O trabalho de Piaget sobre psicologia da inteligência propõe-se explicar a origem e dinâmica das estruturas lógicas do pensamento. Através desse trabalho, Piaget chega à necessidade de conceber a indissociabilidade entre **gênese** e **estrutura**, colocando a hipótese dum **estruturalismo genético**. Segundo afirma, este estruturalismo genético surge naturalmente no campo da ciência, sendo característico do método científico e não do pensamento filosófico.

Compreende-se assim que Piaget critique Sartre por este pensar que a **análise dialéctica** pertence ao pensamento filosófico, enquanto o conhecimento científico estaria inevitavelmente ligado ao positivismo e ao seu método analítico (5). Pelo contrário, Piaget considera que «a construção de estruturas puras, ou seja, sem história e a fortiori sem gênese, sem função e sem relação com o sujeito, é fácil e fácil no terreno da filosofia, mas difícil no terreno da realidade verificável» (6). Quanto aos modernos estruturalistas, eles estão ao alcance da crítica que Piaget dirige aos «estruturalismos anti-históricos e anti-genéticos», que aliás não corresponderiam às tendências do estruturalismo em geral.



O MARX é a
C. de H.

ÉCTICA MARXISTA



Structure — 1975, de Manuel Casimiro

Levi-Strauss admite a **estabilidade** do sistema da realidade, propondo uma análise estrutural sincrónica que subalterniza a análise dialéctica; a esta última caberia uma simples função de «progressão ou invenção», enquanto para a análise estrutural ficaria reservado «o essencial da verificação» (7). Em Foucault, Piaget denuncia a referência a estruturas que surgem «não se sabe bem porquê, numa história feita de caprichos que é designada por arqueologia» (8). A sucessão dos epistemas é aos olhos de Piaget inteiramente incompreensível, pois os epistemas não resultam uns dos outros por qualquer filiação genética ou histórica (9).

Lévi-Strauss e Foucault, como Barthes e Althusser, postulam a realidade da estrutura enquanto sistema acabado, esquecendo que a estrutura é essencialmente um feixe de transformações. Não há pois lugar para a questão: **qual o processo de passagem duma estrutura para outra?** Isto porque é negada à **dimensão histórica** qualquer valor para o conhecimento. Ora, na perspectiva do estruturalismo genético, a compreensão da estrutura é inseparável da explicação da sua génese. A única possibilidade de conhecer a realidade é ter em conta não somente os sistemas acabados, mas igualmente o seu processo de estruturação. Uma dada estrutura não é independente da sua história; inversamente, a história deve ser entendida nas suas estruturas.

Assim, a análise estrutural é apenas um momento na abordagem da realidade, pois

não pode dar conta da realidade enquanto transformação em curso. O estruturalismo vale como um método de análise que tem de ser prolongado pela análise dialéctica. Neste ponto, Piaget está de acordo com Sartre, que na **Critique de la raison dialectique** mostra precisamente como a **razão analítica** (que acede a informações sobre o objecto inerte e fixo) está subordinada à **razão dialéctica** (10). Só a razão dialéctica pode captar o real como **produção histórica de estruturas**. Registemos este aviso final de Piaget: «O maior risco que ameaça o estruturalismo é fazer dele uma filosofia que postula a realidade da estrutura» (11).

2.1.1. — ORIGEM DAS ESTRUTURAS LÓGICO-MATEMÁTICAS

Quanto à origem das estruturas do pensamento, Piaget defende que, entre a sua **pré- formação absoluta** e a sua **invenção livre ou contingente**, há lugar para um processo de **construção** a partir das inter-relações desenvolvidas entre o indivíduo e o meio (12). De facto, só um modelo construtivista é capaz de dar conta da intervenção dos vários factores que as concepções clássicas apontam como estando implicados no desenvolvimento da inteligência: o **crescimento orgânico**, o **meio físico** e o **meio social** (13). A noção de estrutura é fundamental (14), permitindo superar a dicotomia inatismo-aquisição. As estruturas lógico-matemáticas são construídas, não

existindo previamente nem o sujeito nem o objecto. A sua origem é a própria **coordenação das acções do sujeito** (15), e a sua evolução resulta do desenvolvimento (estruturante) da relação sujeito/objecto. Esta relação define-se como uma actividade bipolar de **assimilação e acomodação**, que tende para o equilíbrio (16).

Portanto, o desenvolvimento da inteligência é um processo contínuo e progressivo. À partida, no início da vida psíquica, a consciência não existe. Há uma ausência completa de diferenciação na relação entre o indivíduo e o meio, o que corresponde a uma relação adualística (segundo Baldwin) em que o eu não se distingue do não-eu (17). Podemos dizer que esta fase da relação entre o indivíduo e o meio corresponde ao **grau zero da relação sujeito/objecto** (18). Depois, as acções do sujeito diversificam-se, diferenciam-se e coordenam-se. A partir desta coordenação das acções e da formação das estruturas intelectuais é a própria organização do **universo exterior** e do **universo interior** da criança que tem lugar. «A inteligência não começa nem pelo conhecimento do Eu, nem pelo das coisas, mas pelo conhecimento da sua interacção, e é orientando-se simultaneamente para ambos os pólos dessa interacção que a inteligência organiza o mundo, organizando-se ao mesmo tempo a ela própria» (19).

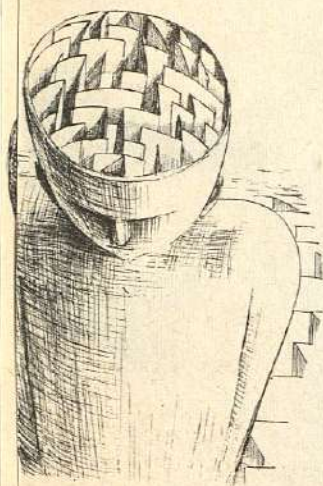
É no período sensorio-motor (nos primeiros dezoito meses de vida) que a criança elabora o conjunto das sub-estruturas cognitivas que servirão de ponto de partida às construções intelectuais posteriores. Nenhuma das grandes categorias da acção é dada à partida. É a inteligência sensorio-motora que, pelo seu próprio funcionamento, elabora as grandes categorias da acção, que são os **esquemas** do objecto permanente, do espaço, do tempo e da causalidade (20). Estes esquemas vão ser os instrumentos finais da dupla construção do sujeito, por um lado, e do objecto, por outro lado. No fim do período sensorio-motor, a criança reconhece-se como fonte das suas próprias acções e constitui-se um universo formado por objectos permanentes e independentes da criança, estruturado espacial e temporalmente e funcionando como sede duma causalidade. Piaget resume assim o **processo de construção do eu e do mundo exterior**: «De início há um eu que não se conhece a si próprio. Há objectos que não são permanentes e há interacções entre esses dois pólos. O conhecimento não começa pelo eu, nem pelo objecto, mas pelas interacções. Mas enquanto as interacções entre sujeito e objecto se compõem de acções isolada e não coordenadas, não há nem objecto nem sujeito. Quando essas interacções conduzem as coordenações, pode então falar-se da construção recíproca e simultânea do sujeito, por um lado, e do objecto, por outro lado» (21).

2.1.2. — DINÂMICA DAS ESTRUTURAS LÓGICO-MATEMÁTICAS

Afirmou Piaget que a explicação do novo, isto é, a formação de novas estruturas, é o problema central da sua teoria do desenvolvimento psicológico. Na verdade, este problema põe-se a partir do instante em que se admite que o conhecimento resulta dum processo de construção, não sendo fornecido nem pela hereditariedade nem pelo meio. Se se admitir que as condutas, e nomeadamente as estratégias cognitivas, são pré-programadas, então o seu desenvolvimento no indivíduo pode ser explicado através de mecanismos de maturação, não estando previsto o papel de condicionantes externas. Konrad Lorenz, a figura mais conhecida da etologia objectivista, chegou a comparar o programa inscrito ao nível do substrato filogenético com o **a priori** kantiano (22). Em contrapartida, as correntes positivistas em psicologia (como o neo-behaviourismo de Skinner) privilegiam o papel da aprendizagem, não a fazendo depender das variáveis intermédias do indivíduo. O conhecimento surge aqui como um fenómeno puramente externo, sem interferência do nível de desenvolvimento ou de competência. De qualquer modo, tanto os etologistas como os neo-behaviouristas não são colocados perante a necessidade de recorrer a **mecanismos de regulação** afim de explicar a constituição das estruturas intelectuais do indivíduo. O mesmo não acontece com Piaget, na medida em que concebe a inteligência como uma incessante construção a partir das interacções entre o indivíduo e o meio (23). A própria noção de construção implica a necessidade de admitir mecanismos de regulação interna para explicar a passagem duma estrutura para outra.

Dizia Goldmann, precisamente, que «o pensamento dialéctico começa no momento em que se considera a hipótese dum **regulador interno**». Isto, a propósito do materialismo mecanicista que, «desde Demócrito a Espinoza, passando por Holbach e Helvetius, até Feuerbach e Althusser», se viu sempre obrigado a recorrer à intervenção duma **instância exterior**, quer no plano social (o tirano, o sábio), quer no plano cosmológico (deísmo) (24). Também, como vimos, as interpretações empiristas em psicologia recorrem às condicionantes do meio para explicar a realidade psicológica do indivíduo. A indicação de Goldmann é fundamental se quisermos situar o momento em que, na teoria piagetiana, o esforço de explicação do desenvolvimento da inteligência implicou o recurso a categorias dialécticas.

Em que consiste, então, o mecanismo interno da construção das estruturas lógicas do pensamento? Para Piaget, trata-se dum mecanismo de **auto-regulação**. «É impossível explicar a formação das novas



estruturas sem modelos de auto-regulação» (25). À partida, três grupos de factores estão implicados no desenvolvimento da inteligência, como atrás vimos (cf. 1.1.1.). Embora necessários, estes factores não são contudo suficientes para explicar um processo **dirigido** (26) como é o da génese das estruturas intelectuais. Na verdade, o desenvolvimento da inteligência tem uma **directão integrativa**, ou seja, cada estrutura de conjunto resulta da precedente, integrando-a como estrutura subordinada, e prepara a seguinte, na qual se virá a integrar. Cada uma das estruturas prolonga a precedente, reconstruindo-a num novo plano para em seguida a ultrapassar. Não recorrendo a interpretações **pré-formationistas** ou **finalistas**, um processo deste tipo só pode ser explicado por mecanismo de **equilíbrio**, que surge assim como um «quarto factor do desenvolvimento possuindo uma dimensão causal» (27).

Desde muito cedo, Piaget teve a ideia de que esta **equilíbrio** não consiste num equilíbrio de forças contrárias (equilíbrio físico), mas sim numa **auto-regulação** (28). Mais tarde, recorreu à cibernética, considerando que a **auto-regulação** pode ser descrita por modelos matemáticos de **controles sequenciais de probabilidade crescente**. O resultado da **auto-regulação** é a formação de estruturas reversíveis, sendo a **reversibilidade** o carácter fundamental das estruturas lógico-matemáticas.

Através dos modelos de **auto-regulação**, Piaget vai explicar o desenvolvimento da inteligência como um processo contínuo que comporta vários **estados**. Correspondendo a **fases sucessivas de equilíbrio**, os vários estados são estruturas de conjunto cuja génese consiste no próprio processo de **auto-regulação**, diferindo entre si «pela extensão do seu campo e pelo aumento da sua mobilidade e da sua estabilidade» (29). A criança passa de **equilíbrios instáveis** para **equilíbrios mais estáveis**, até constituir sistemas inteiramente equilibrados, ou seja, reversíveis. A sucessão dos vários estados obedece a leis de probabilidade sequencial: «cada estado é o mais provável em função do anterior, em virtude do conjunto de mecanismos de compensação em jogo, que tendem permanentemente para a constituição dum equilíbrio mais estável» (30).

2.2. — CARACTERIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO RELACIONAL DE PIAGET EM CONFRONTO COM A DIALÉCTICA MARXISTA

Para explicar a origem e dinâmica das estruturas lógicas do pensamento, Piaget foi obrigado a conceber uma **mútua implicação entre génese e estrutura**. O seu estruturalismo genético admite que **toda a estrutura tem uma génese e toda a génese**

parte duma estrutura e conduz a uma estrutura (31). Esta implicação entre génese e estrutura traduz a existência duma unidade entre o **processo** e o **resultado final**, assegurada por mecanismos de **auto-regulação**. O **equilíbrio sincrónico** é determinado pela **evolução diacrónica**, e inversamente.

Contudo, pode haver situações de **independência** relativa entre o **equilíbrio sincrónico** e a **evolução diacrónica**. A teoria piagetiana explica-as pela ocorrência transitória de **inter-relações com condições exteriores** às estruturas, que funcionam assim como **estruturas abertas** (32). A **interferência** de condições exteriores resulta duma não completa integração da função no mecanismo estrutural (33). Em contrapartida, nas **estruturas fechadas**, os processos de transformação são puramente **internos**, determinando a **evolução estrutural** (diacrónica) e sendo determinados por ela. Isto quer dizer que as transformações inerentes a uma estrutura produzem necessariamente elementos que pertencem à estrutura e conservam as suas leis. A **auto-regulação** tem como resultado a constituição de estruturas inteiramente equilibradas (reversíveis) e encerradas sobre si próprias.

Já o marxismo explica a **independência** relativa entre o funcionamento estrutural e a **evolução estrutural** dum modo radicalmente diferente. Para Piaget, tratava-se da momentânea **interferência** de factores externos. Para Marx, essa situação é resultado dum **funcionamento negativo** que é interior à estrutura. É fundamental compreender o papel desta **negatividade** na dialéctica marxista: a **negatividade** existe numa dada estrutura, mas não é necessária para o seu funcionamento (não pode ser apercebida numa análise sincrónica); é contudo indispensável para a **evolução** da estrutura (está ao alcance duma análise diacrónica). Em que consiste essa **negatividade**? Na criação e aprofundamento das **contradições** da estrutura, sem que sejam desencadeados mecanismos de **regulação** eficazes. Como diz Lefebvre, «a **contradição dialéctica** é fundamental, sendo mais profunda que as tensões, complementariedades, oposições, formas e estruturas (...) a **estruturização**, o **equilíbrio** e a **coerência** são apenas um momento do desenvolvimento das **contradições**» (34). Devemos concluir que o papel histórico conferido pelo marxismo ao **desenvolvimento das contradições** é desempenhado, na teoria de Piaget, pela **auto-regulação**.

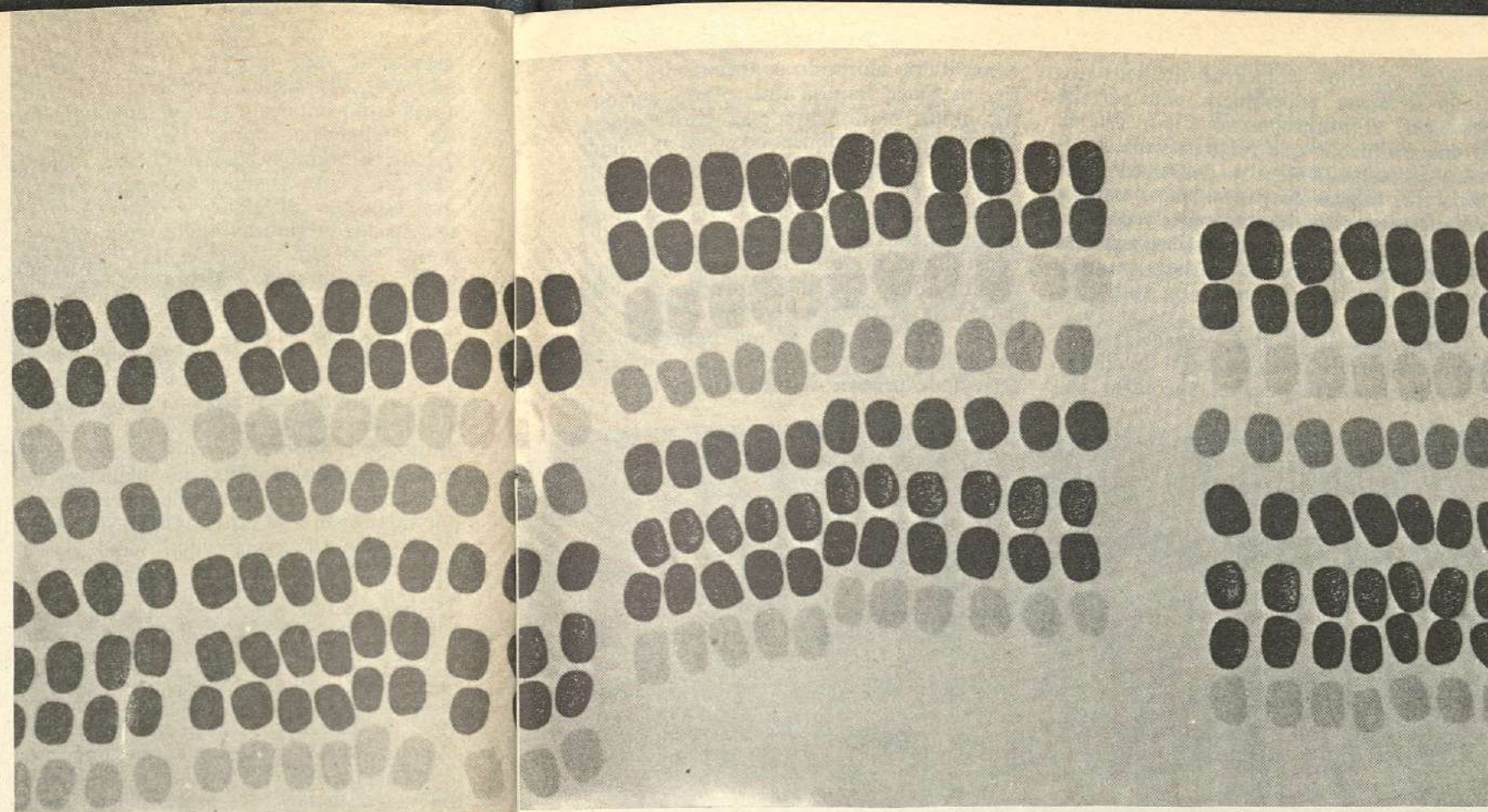
A **passagem** duma estrutura para outra estrutura é resultado, em Piaget, da **intervenção** eficaz dos mecanismos de **auto-regulação** que constroem uma nova estrutura que integra a anterior (ver 1.1.2). Para Marx, o desenvolvimento das **contradições** significa um processo de **destruição/construção**. O que distingue a dialéctica marxista do relacionismo piagetiano é que, para a primeira, a **construção pressupõe**



uma destruição, enquanto para o segundo existe apenas uma construção que incessantemente conduz a formas superiores de equilíbrio.

Sobre esta questão, Armando de Castro defende que «a teoria piagetiana não nega a existência de rupturas e saltos em processos mais vastos nos quais os processos cognitivos estão incluídos» (35). Mas por que razão, no interior do processo sócio-bio-histórico da evolução humana, as estruturas cognitivas assumem o carácter particular de sistemas auto-regulados, enquanto nos processos mais vastos comportam descontinuidades e rupturas? Segundo Armando de Castro, «a psicologia genética piagetiana considera as leis mais gerais que na actual etapa da humanização actuam independentemente dos condicionamentos variáveis» (36). Sem dúvida assim é, pois a utilização de modelos cibernéticos para descrever os mecanismos de equilíbrio permite a Piaget abstrair-se das variáveis orgânicas, físicas ou sociais. As estruturas dependentes de variáveis externas são as **estruturas abertas** atrás referidas, que não deixam de estar sujeitas aos **mecanismos de equilíbrio** numa **totalidade auto-regulada**. O modelo de Piaget só pode comportar estruturas que obedecem a esses mecanismos de equilíbrio (doutro modo seria posta em causa a própria noção de isomorfismo — ver 2.). Por isso, Armando de Castro vê-se obrigado a negar que haja uma diferença radical entre as leis de funcionamento e evolução a nível das **estruturas cognitivas**, por um lado, e a nível das **estruturas biológicas e histórico-sociais**, por outro. Sobre este ponto, aceita que um processo com equilibrações sucessivas fechadas é assimilável a uma concepção dialéctica.

Pela nossa parte, reconhecemos a impossibilidade de assimilar o **relacionismo piagetiano** à **dialéctica marxista**, o que nos permite compreender que também as categorias de **totalidade** e **sujeito** têm significados diferentes para Marx e Piaget. Em Piaget, a única modalidade de evolução estrutural prevista é a integração em estruturas mais vastas, com manutenção das leis de funcionamento. «A análise psicológica mostra que as totalidades são naturais, ou seja, que se constituem espontaneamente com as próprias operações, de resto, a partir de estruturas mais elementares (...)» (37). Esta direcção integrativa, levando a **totalizações sucessivas**, não é compatível com a concepção marxista que prevê **descontinuidades e rupturas** e **exclui totalidades auto-reguladas**. Quanto ao sujeito, ele é, na teoria de Piaget, a sede dos processos de auto-regulação. Piaget recusa que isto signifique a «redução do sujeito a um simples teatro», pois que, actuando as estruturas umas sobre as outras, o sujeito é um verdadeiro **centro de funcionamento**, com um efectivo papel na construção das estruturas (38). Ora, o papel conferido por Marx ao sujeito não tem



Structures — 1972, de Manuel Casimiro

correspondência no modelo piagetiano: a actividade do sujeito estabelece a união entre a **destruição** e a **construção**, a **negatividade** e a **positividade**. É no domínio da praxis do sujeito que se desenvolvem as contradições da estrutura. Piaget, concebendo apenas uma construção ascendente é obrigado a reduzir o papel do sujeito a proporções que ele próprio classifica de «modestas».

Por tudo o que ficou dito neste ponto 1.2., podemos afirmar que é inadequado o paralelismo estabelecido por Goldmann entre o **estruturalismo genético** de Piaget e o **materialismo dialéctico**. Recordemos que Goldmann compara o **sujeito psicológico** piagetiano com o **sujeito colectivo** do marxismo, e também a **equilíbrio a um nível mais estável**, em Piaget, com o papel das **revoluções**, segundo Marx (39). A sua concepção da totalidade respeita igualmente as posições de Piaget: «o estudo positivo de todo o comportamento humano reside no esforço para tornar a sua significação acessível à luz dos traços gerais duma **estrutura parcial**, a qual só poderá ser compreendida na medida em que for ela mesma inserida no estudo duma **estrutura mais vasta** cujo funcionamento elucidará a sua génese (...)» (40). Ou então: «toda a parte existe pelas suas relações com outras partes do conjunto, e o pensamento científico que quer compreender a realidade deve avançar no interior dum círculo de relações, por deslocamentos permanentes entre o conjunto e as partes» (41). Claro que esta concepção da totalidade tem uma filiação luckacsiana, mas também

tem muito a ver com as totalizações progressivas do relacionismo de Piaget (42).

3. A EPISTEMOLOGIA EXPERIMENTAL DE PIAGET E AS POSIÇÕES DE MARX EM TEORIA DO CONHECIMENTO

Sabemos já que para Piaget o conhecimento implica uma construção por parte do sujeito. Não existem um objecto e um sujeito do conhecimento pré-construídos. À partida, existe sim uma interacção entre a criança e o mundo real que consiste em mecanismos produtores de estruturas cognitivas. Através deste processo de formação das estruturas cognitivas, são o próprio sujeito e objecto do conhecimento que se constituem (ver 1.1.2.). Podemos pôr a questão noutros termos, afim de reconhecer mais facilmente o significado epistemológico desta concepção do desenvolvimento da inteligência: a **formação das estruturas intelectuais** e a **constituição do sujeito e do objecto do conhecimento** resultam dum **mesmo processo**: a interacção, comandada por mecanismo de equilíbrio, entre o individuo e a realidade. Ao contrário do que supõem os empiristas, o objecto é inseparável do sujeito, e ele próprio é também resultado da construção das estruturas do conhecimento.

Entretanto, é indispensável fazer notar que a teoria piagetiana exige a distinção entre **realidade** e **objecto do conhecimento**. De acordo com as definições dadas por Clara Dan, a **realidade** (ou o **existente**) é independente de toda a abordagem humana, enquanto o **objecto** corresponde à

realidade elaborada pelo sujeito (43). Se identificássemos este objecto elaborado pelo sujeito à própria realidade, estaríamos a cair numa posição idealista segundo a qual a realidade seria produzida pela actividade (estruturante) do sujeito epistémico. Admitindo a existência dum **sujeito activo**, com **estruturas cognitivas próprias**, a epistemologia experimental de Piaget propõe-se responder às seguintes questões: de que modo intervêm as estruturas do conhecimento no processo do conhecimento?; qual a sua interferência no resultado final do conhecimento?

Se as estruturas cognitivas resultam de processos de equilíbrio entre o sujeito e a realidade, compreende-se que a sua formação corresponda à possibilidade de criação de modelos que se **aproximam continuamente** da realidade. Não sendo estruturas inatas nem rígidas, a sua permanente inter-relação com o real (actividade de assimilação/acomodação) **não compromete o resultado final do conhecimento**, mas, pelo contrário, permite um movimento ascendente em relação à «verdade» (44). Na linguagem de Piaget, esta adequação do conhecimento à realidade é apresentada como um **isomorfismo** (correspondência entre estruturas, abstraindo dos conteúdos) «Conhecer a realidade é construir sistemas de transformação que correspondem mais ou menos isoladamente à realidade, isto é, que são mais ou menos isomorfos em relação às transformações da realidade. As estruturas de transformações que se integram no conhecimento não são cópias das transformações da realidade. São antes

FORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS COGNITIVAS

TOTALIDADE E SUJEITO

